

Energisa S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases (MG), é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579, que veio abordar os assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As controladas EMG e ENF terão suas concessões expiradas em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestaram, em 15 de outubro de 2012, suas disposições de prorrogação de suas concessões pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos setoriais:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e a redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados das controladas (EMG, ENF, ESE, EBO e EPB), tendo em vista que a redução da receita teve em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

Seguem algumas das obrigações das controladas por segmento:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações

representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 15, 18, 26 e 36, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

I - Implantar e operar PCHs, centrais térmicas de geração por biomassa e centrais geradoras eólicas;
II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações das PCHs, projetos Eólicos e Biomassas em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração das PCHs, Eólicas e Biomassas;
VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas;
VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário; e
VIII - Ao final do prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado, as instalações e os bens vinculados à produção de energia elétrica hidráulica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para as autorizações dos projetos Eólicos e de Biomassas, com prazos de 35 e 30 anos, respectivamente, não serão devidas indenizações dos investimentos realizados ao final da autorização, porém, é assegurada ao produtor independente a remoção das instalações.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, propondo soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de sua controlada Energisa Soluções, presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Aquisição do Grupo Rede

Em 11 de julho de 2013, foi firmado entre a Companhia e o acionista controlador do Grupo Rede um Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Compromisso"), onde mediante o cumprimento de algumas condições precedentes previstas, tem por objeto a aquisição do controle acionário das sociedades do Grupo Rede, em consonância com o Plano de Recuperação Judicial votado na Assembleia Geral de Credores, realizada em São Paulo, 5 de julho de 2013.

O referido plano prevê algumas alternativas para os credores que resumidamente seriam a alienação dos créditos contra as empresas recuperandas do Grupo Rede com deságio de 75% ou a novação do crédito com alongamento de perfil do endividamento para 22 anos e redução das taxas de juros. O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Rede prevê investimento máximo, por parte da Energisa, de R\$1,95 bilhão, além da execução de um plano de recuperação de transgressões de falhas das subsidiárias concessionárias de energia elétrica do Grupo Rede, junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de aproximadamente R\$1,1 bilhão.

O plano de reestruturação das dívidas do Grupo Rede, que inclui a transferência do controle do mesmo, foram aprovados em setembro e outubro pelo juízo de 1ª Instância e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), respectivamente.

Em dezembro a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou o plano de recuperação das subsidiárias de distribuição do Grupo Rede, submetido pelo próprio com a colaboração da Energisa e em 28 de janeiro de 2014, foi aprovado por aquela agência a transferência do controle acionário para a Energisa.

A Energisa já detém acordos com diferentes instituições financeiras para a concessão de crédito no valor de R\$2,4 bilhões para fazer frente à aquisição, bem como para o aporte de recursos nas distribuidoras do Grupo Rede, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Rede. Neste contexto, bancos de primeira linha foram contratados, sob regime de garantia firme, para estruturar a 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Energisa, que contará com prazo total de dois anos, no montante de R\$1,5 bilhão, que deverão ser subscritas e integralizadas até a efetivação da aquisição do Grupo Rede pela Energisa. A conclusão desse processo deverá ocorrer até abril de 2014.

Com a aquisição do Grupo Rede, a Energisa através de suas controladas, estará presente em cinco novos estados, como Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, São Paulo (interior do estado) e Paraná (interior do estado), aumentando nossa presença de marca e padrão de qualidade, elevando nosso potencial de vendas no mercado, que crescerá de aproximadamente 2,6 milhões para 6,0 milhões de consumidores.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil que prevêm a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas. As demonstrações financeiras individuais não são consideradas integralmente adaptadas ao IFRS, que exigem a avaliação dos investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamento e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas estão apresentadas abaixo:

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões (BD e PS), prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 33.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Empreendimentos Conjuntos.
- IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de Participações em Outras Entidades.
- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- IAS 28 revisada em 2011 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures".
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (a).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2014.
- (b) 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 33.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados

- c. Clientes, consumidores e concessionárias - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, as controladas distribuidoras de energia elétrica, desde o exercício de 2012 registraram como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente são cobrados dos clientes, ou seja, com base no faturamento.
- h. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Combinação de negócios - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (goodwill) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração. (vide nota explicativa nº 18.3);
- j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 17).

- k. Arrendamento mercantil - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.
- l. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997 e Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; (iii) goodwill: pagos na aquisição dos projetos de biomassa, estão sendo amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação dos empreendimentos; (vide nota explicativa nº 18.3);
- m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- n. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são

individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- o.** Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- p.** Derivativos - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 33;
- q.** Imposto de renda e contribuição social - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar

o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em 12 de novembro de 2013 foi publicado a Medida Provisória nº 627/13 que alterou a Legislação Tributária Federal do país. As mais relevantes são: (i) revoga o regime transitório de tributação (RTT) a partir de 2015, mas prevê uma adoção antecipada para 01 de janeiro de 2014. Caso haja a adoção antecipada da Medida Provisória o RTT será automaticamente eliminada e as novas disposições passam a ser eficazes em 2014, em caráter irrevogável; (ii) tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. A adoção antecipada da MP eliminará de tributação do eventual excesso de distribuição de lucro societário em relação aos lucros distribuídos, apurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da Medida Provisória para realizar uma análise mais profunda e conclusiva sobre os efeitos das novas regras tributárias.

- r. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas na região Nordeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 14);
- s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- v. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos;
- w. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios

econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;

- x.** Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- y.** Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3 Ajustes

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados (benefício definido) - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por força das novas regras introduzidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, que veio eliminar a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, passando a ser reconhecidos integralmente no passivo na rubrica “benefícios a empregados - plano de pensão”, em contrapartida a Demonstração dos Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido. Por consequência a Companhia e suas controladas para manterem melhor comparabilidade de seus balanços com a classificação adotada, efetuaram ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

Balanço Patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012
	(Publicado)		(Ajustado)	(Publicado)		(Ajustado)
Ativo						
Ativo não circulante	2.166.606	(41.803)	2.124.803	3.471.258	22.502	3.493.760
Realizável a longo prazo						
Créditos tributários	16.914	638	17.552	188.263	22.502	210.765
Investimentos	1.999.131	(42.441)	1.956.690	-	-	-
Total do Ativo	2.468.914	(41.803)	2.427.111	5.059.373	22.502	5.081.875
Passivo						
Passivo não circulante	882.687	1.878	884.565	2.379.071	66.183	2.445.254
Benefício a empregados - plano de pensão	230	1.878	2.108	26.753	66.183	92.936
Patrimônio líquido	1.482.618	(43.681)	1.438.937	1.501.245	(43.681)	1.457.564
Lucros acumulados	-	305	305	-	305	305
Outros resultados abrangentes	-	(43.986)	(43.986)	-	(43.986)	(43.986)
Total do Passivo	2.468.914	(41.803)	2.427.111	5.059.373	22.502	5.081.875

Demonstração Resultado	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012
	(Publicado)		(Ajustado)	(Publicado)		(Ajustado)
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(286.985)	462	(286.523)
Equivalência patrimonial	400.717	305	401.022	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	401.617	305	401.922	501.247	462	501.709
Lucro antes dos impostos	319.077	305	319.382	422.044	462	422.506
Imposto de renda e contribuição social	(28.636)	-	(28.636)	(130.979)	(157)	(131.136)
Lucro líquido do exercício	290.441	305	290.746	291.065	305	291.370
Lucro atribuível a:						
Acionistas da controladora	290.441	305	290.746	290.441	305	290.746
Acionistas não controladores	-	-	-	624	-	624

Demonstração de Outros Resultados Abrangentes	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012
	(Publicado)		(Ajustado)	(Publicado)		(Ajustado)
Lucro Líquido do Exercício	290.441	305	290.746	291.065	305	291.370
Outros Resultados Abrangentes	-	(21.162)	(21.162)	-	(21.162)	(21.162)
Total do Resultado Abrangente do Exercício, líquido de impostos	290.441	(20.857)	269.584	291.065	(20.857)	270.208
Atribuído a acionistas controladores	290.441	(20.857)	269.584	290.441	(20.857)	269.584

Demonstração do Valor Adicionado	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012	Saldo em 2012	Ajustes	Saldo em 2012
	(Publicado)		(Ajustado)	(Publicado)		(Ajustado)
Valor Adicionado Recebido em transferência						
Resultado de Equivalência Patrimonial	400.717	305	401.022	-	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	472.750	305	473.055	-	-	-
Pessoal						
Benefícios	-	-	-	54.577	(462)	54.115
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	-	-	-	383.718	157	383.875
Remuneração de Capitais Próprios						
Lucros acumulados	-	305	305	-	305	305

Balanço Patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 01/01/2012	Ajustes	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 01/01/2012	Ajustes	Saldo em 01/01/2012
	(Publicado)		(Ajustado)	(Publicado)		(Ajustado)
Ativo						
Ativo não circulante	1.758.706	(22.910)	1.735.796	2.849.462	11.758	2.861.220
Realizável a longo prazo						
Créditos tributários	62.710	(29)	62.681	269.279	11.758	281.037
Investimentos	1.612.807	(22.881)	1.589.926	-	-	-
Total do Ativo	2.167.978	(22.910)	2.145.068	4.258.403	11.758	4.270.161
Passivo						
Passivo não circulante	777.136	(86)	777.050	2.217.931	34.582	2.252.513
Benefício a empregados - plano de pensão	377	(86)	291	23.654	34.582	58.236
Patrimônio líquido	1.304.275	(22.824)	1.281.451	1.304.275	(22.824)	1.281.451
Outros resultados abrangentes	-	(22.824)	(22.824)	-	(22.824)	(22.824)
Total do Passivo	2.167.978	(22.910)	2.145.068	4.258.403	11.758	4.270.161

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2013	2012
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (6)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR)	Geração hidráulica de energia	100	100
Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	Geração hidráulica de energia	100	100
SPE Cristina Energia S/A	Geração hidráulica de energia	100	100
Renascença I Energias Renováveis Ltda., II, III e IV (5)	Geração eólica de energia	-	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	Geração eólica de energia	100	100
Ventos de São Miguel Energias Renováveis Ltda. (5)	Geração eólica de energia	-	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2)	Holding em geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4)	Holding em geração de energia elétrica - biomassa de cana de açúcar	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	-
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100

- (1) Em fase pré-operacional.
- (2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A.
- (3) Companhias Abertas.
- (4) Empresa que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A, ambas operativas e 100% do capital total da Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A que encontram-se em fase de construção - todas dedicadas à geração de energia elétrica movidas a biomassa de bagaço de cana de açúcar.
- (5) Empresas que tiveram suas operações encerradas no primeiro semestre de 2013.
- (6) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao

segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2013				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.551.319	55.614	205.572	45.267	2.857.772
Receitas Intersegmentos	5.307	42.835	6.302	91.675	146.119
Total	2.556.626	98.449	211.874	136.942	3.003.891
Receitas Financeiras	135.851	7.533	1.185	47.827	192.396
Despesas Financeiras	(268.023)	(10.469)	(2.320)	(113.627)	(394.439)
Total	(132.172)	(2.936)	(1.135)	(65.800)	(202.043)
Depreciação e amortização	119.033	29.485	31	22.396	170.945
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	260.413	34.051	11.013	(57.071)	248.406

	2012				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.704.396	28.741	154.110	31.832	2.919.079
Receitas Intersegmentos	6.255	12.718	-	87.167	106.140
Total	2.710.651	41.459	154.110	118.999	3.025.219
Receitas Financeiras	183.711	1.170	1.986	48.551	235.418
Despesas Financeiras	(169.621)	(11.257)	(3.450)	(130.293)	(314.621)
Total	14.090	(10.087)	(1.464)	(81.742)	(79.203)
Depreciação e amortização	107.002	10.627	32	21.345	139.006
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	484.669	5.903	5.013	(73.079)	422.506

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	2013	2012	1/1/2012
Ativos dos segmentos divulgáveis	3.520.813	1.419.290	45.505	718.330	5.703.938	5.227.836	4.341.620
Ativo circulante	871.399	204.589	37.805	326.736	1.440.529	1.639.936	1.434.197
Ativo não circulante	2.649.414	1.214.701	7.700	391.594	4.263.409	3.857.900	2.907.423
Passivos dos segmentos divulgáveis	2.309.719	736.887	40.046	745.109	3.831.761	3.770.272	3.060.169
Passivo circulante	942.622	152.313	27.368	99.388	1.221.691	1.230.879	761.453
Passivo não circulante	1.367.097	584.574	12.678	645.721	2.610.070	2.539.393	2.298.716

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2013	2012
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	3.003.891	3.025.219
Eliminação de receitas intersegmentos	(146.119)	(106.140)
Receita líquida consolidada	2.857.772	2.919.079
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	170.945	139.006
Depreciação e amortização consolidada	170.945	139.006
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	192.396	235.418
Eliminação de receitas intersegmentos	(20.632)	(3.487)
Receita financeira consolidada	171.764	231.931
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(394.439)	(314.621)
Eliminação de receitas intersegmentos	20.632	3.487
Despesa financeira consolidada	(373.807)	(311.134)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos reportáveis	248.406	422.506
Lucro antes dos impostos	248.406	422.506

	2013	2012	01/01/2012
Ativo			
Ativo total dos segmentos reportáveis	5.703.938	5.227.836	4.341.620
Outros valores não alocados	(200.480)	(145.961)	(71.459)
Total Ativo consolidado	5.503.458	5.081.875	4.270.161
Passivo			
Passivo total dos segmentos divulgáveis	3.831.761	3.770.272	3.060.169
Outros valores não alocados	(200.480)	(145.961)	(71.459)
Total passivo consolidado	3.631.281	3.624.311	2.988.710

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalentes de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2013	2012	2013	2012
CEF	CDB	30/10/2015 a 21/11/2018	100,5% do CDI	66.464	10.771	160.731	132.592
CEFFID	CDB	30/06/2015	100,5% do CDI	-	-	705	-
HSBC	CDB	03/09/2014	98,0% do CDI	-	-	-	459
Mercantil	CDB	14/11/2014 a 01/10/2015	105,0% do CDI	-	194	-	11.883
MercantilFID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	-	-	-	780
Santander	Debêntures (2)	12/03/2015 a 21/12/2015	103,2% do CDI	8.120	169	38.885	8.504
				74.584	11.134	200.321	154.218
Caixa e depósitos bancários				523	97	51.864	58.954
Total caixa e equivalente de caixa				75.107	11.231	252.185	213.172

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2013	2012	2013	2012
ABCBrasil	CDB	26/06/2013 a 25/09/2014	100,5% a 107,5% do CDI	-	-	4	35.260
Banrisul	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	2.911	-
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	CDI	25	19.795	25	19.795
BES	CDB	21/01/2013 a 01/10/2015	100,0% a 115,0% do CDI	-	4	127	121
BICBanco	CDB	26/08/2014 a 10/02/2016	98,0% a 115,0% do CDI	18	67.832	79	85.614
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	-	-	-	5.033
BMG	CDB	18/01/2013 a 24/01/2014	112,0% a 115,0% do CDI	-	36.999	10	40.660
Bradesco	Letra Financeira	08/02/2013	106,5% do CDI	-	16.948	-	16.948
Bradesco	CDB	25/07/2013 a 19/06/2016	70,0% a 100,0% do CDI	-	-	129	1.488
Bradesco	Debêntures (2)	12/07/2013	75,0% a 90,0% do CDI	-	-	-	13.952
Bradesco	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	-	14.815
Bradesco	Título de capitalização	02/03/2013	Poupança + 0,5% a.m.	-	-	-	74
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	CDI	-	118	-	49.453
BTG Pactual	CDB	09/12/2014 a 12/12/2014	97,5% do CDI	19	-	107	-
CEF (4)	Fundo de Investimento	-	CDI	-	42	-	7.339
CEF	Letra Financeira						
CEF	Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE, Letra Financeira	09/04/2015 a 01/03/2018	102,7% a 122,11% do CDI/SELIC/IPCA+5.7%	45.541	-	110.567	-
CEF	Poupança	-	Poupança	-	-	162	162
Daycoval	CDB	26/02/2013 a 26/02/2015	102,0% a 107,0% do CDI	-	-	-	16.907
FIM Zona da Mata (4)	CDB	17/08/2015 a 01/12/2015	100,5% a 112,0% do CDI	15.826	-	39.619	-
FIM Zona da Mata (4)	Debêntures (2)	07/04/2016	100,0% do CDI + 3,9%	7.397	-	18.518	-
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	21/02/2014 a 08/10/2015	102,5% a 103,2%,0 do CDI	18.253	-	45.696	-
FIM Zona da Mata (4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	10.754	-	26.922	-
FIM Zona da Mata (4)	Letra Financeira	04/05/2017	107,0% do CDI	549	-	1.373	-

FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	409	-	1.023	-
FIM Zona da Mata (4)		07/09/2015 a					
	Letra Financeira Tesouro	01/03/2018	SELIC	1.074	-	2.689	-
FIM Zona da Mata (4)	NTN	15/08/2016	IPCA	3.893	-	9.745	-
FIM Zona da Mata (4)	Fundos Multimercados	-	CDI	10.126	-	25.351	-
HSBC	CDB	19/01/2015 a	100,0% a 103,3% do				
HSBC	Fundo de Investimento	03/08/2015	CDI	-	-	681	630
		-	CDI	17	20.234	17	21.125
Itaú	CDB	07/03/2014 a	90,0% a 101,8% do				
		27/11/2015	CDI	8	7	63.864	1.229
Itaú	Debêntures (2)	02/03/2015 a	100,0% a 103,5% do				
		27/11/2015	CDI	-	-	1.259	1.399
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	1.886	72.184
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	1.343	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	-	1.600
Mercantil	CDB	30/12/2013	105,0% do CDI	-	-	-	281
Modal	CCB	19/01/2015	100,0% do CDI + 0,5%a.m.	-	39.311	-	39.311
Nordeste	CDB	02/01/2014 a	90,0% a 100,0% do				
Nordeste	Título de capitalização	15/02/2023	CDI	-	-	51.668	46.356
		22/12/2013	100,0% do CDI	-	-	-	10
Pine	CDB	16/06/2014 a	100,0% a 104,0% do				
		08/02/2017	CDI	-	-	220	934
Saфра	Letra Financeira	31/01/2013 a					
Saфра	Fundo de Investimento	01/02/2013	108,5% do CDI	-	52.360	-	105.352
Saфра	Debêntures (2)	-	CDI	16.260	-	42.810	-
Santander	Fundo de Investimento	28/01/2014	101,0% do CDI	-	-	12	21
Santander	CDB	-	CDI	-	-	-	62.661
Santander	CDB	15/07/2015	100,5% do CDI	-	-	46	-
Standard Bank	CDB	01/02/2013 a	90,0% a 100,25% do				
Sul América	Fundo de Investimento	02/05/2013	CDI	-	-	-	9
Vinci	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	-	6.019
Votorantim	CDB	-	CDI	15.914	-	15.915	-
		27/05/2014	98,0% do CDI	-	-	4	-
				146.083	253.650	464.782	666.742

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Citibank	Fundo de Investimento	15/01/2025	CDI	-	-	14.538	13.590
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	-	-	6.061	11.205
Mercantil	DPGE	15/05/2014 a 26/06/2015	112,0% a 113,0% do CDI	16.219	10.006	41.265	18.434
				16.219	10.006	61.864	43.229

Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)

				162.302	263.656	526.646	709.971
Circulante				146.083	225.372	423.577	602.203
Não Circulante				16.219	38.284	103.069	107.768

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$70 na controladora e R\$129.588 no consolidado referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes, consumidores e concessionárias

Classes de Consumo	Controladora (1)		Consolidado								
	2013	2012	SalDOS Vincendos (2)	Vencidos					Total		
				Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2013	2012	
Residencial	-	-	29.215	38.707	9.500	4.061	498	73	82.054	95.972	
Industrial	-	-	37.737	2.860	391	384	880	7.739	49.991	63.131	
Comercial	-	-	36.590	8.426	1.607	1.219	1.201	2.902	51.945	66.285	
Rural	-	-	5.691	2.835	853	466	81	54	9.980	12.283	
Poder público:											
Federal	-	-	3.654	663	77	28	2	2	4.426	4.905	
Estadual	-	-	4.424	908	122	37	5	-	5.496	6.086	
Municipal	-	-	5.619	1.079	152	39	28	-	6.917	7.647	
Iluminação pública	-	-	9.645	1.521	1.001	319	194	6	12.686	13.688	
Serviço público	-	-	8.392	3.373	6.594	10.241	122	1	28.723	11.006	
Subtotal - clientes	-	-	140.967	60.372	20.297	16.794	3.011	10.777	252.218	281.003	
Concessionárias (3)	-	-	6.901	-	-	-	-	18.691	25.592	79.517	
Fornecimento não faturado	-	-	82.382	-	-	-	-	-	82.382	84.461	
Venda energia											
Consumidores livres	-	-	37.295	-	-	-	-	-	37.295	25.395	
Serviços prestados	4.812	4.343	2.311	3.196	794	855	705	836	8.697	8.873	
Outros	-	-	24.031	-	-	-	-	-	24.031	28.134	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	(4.061)	(1.699)	(17.281)	(23.041)	(21.887)	
Total	4.812	4.343	293.887	63.568	21.091	13.588	2.017	13.023	407.174	485.496	
Circulante	4.812	4.343	-	-	-	-	-	-	391.055	469.377	
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	16.119	16.119	

- (1) Referem-se a serviços administrativos prestados às controladas, suportados por contratos aprovados pela ANEEL (vide nota explicativa nº 12).
- (2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$20.612 (R\$80.973 em 2012). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, no montante de R\$25.444 (R\$24.450 em 2012), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Composição dos créditos da CCEE		
SalDOS a vencer	1.921	61.426
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (1)	13.562	13.562
Créditos vencidos (2)	5.129	5.985
	20.612	80.973
(-) Aquisição de energia na CCEE	(18.002)	(336)
(-) Encargos de serviços do sistema	(7.442)	(24.114)
	(4.832)	56.523

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (1) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a

comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (2) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores por meio de “Termos de Confissão de Dívida”, que na sua grande maioria são atualizadas com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes da praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos podem ser assim demonstrados:

	Controladora	Consolidado	
	2012	2013	2012
Títulos de créditos a receber	3.700	130.057	158.959
Ajuste a valor presente	-	(14.532)	(12.853)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	(34.109)	(30.413)
	3.700	81.416	115.693
Circulante	3.700	43.694	64.292
Não circulante	-	37.722	51.401

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado
Títulos vencidos (1)	34.109
2014	43.694
2015	12.650
2016	9.738
2017	5.902
2018	3.385
2019 em diante	6.047
Total	115.525

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2013	2012
Saldo - inicial - circulante - 2012 e 01/01/2012	52.300	44.700
Provisões constituídas no período	16.280	19.965
Reversão de provisões no período	(11.430)	(12.365)
Saldo - final - circulante - 2013 e 2012	57.150	52.300
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	23.041	21.887
Títulos de créditos a receber	34.109	30.413

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

10 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas EMG e ENF foram reajustadas em junho de 2013 e da EBO em fevereiro de 2014, conforme segue:

Distribuidora	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.532, de 11/06/2013	2,56%	18/06/2013
ENF	Resolução 1.531, de 11/06/2013	15,42%	18/06/2013
EBO	Resolução 1.678, de 30/01/2014	3,15%	04/02/2014

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO e EPB, e a cada cinco anos na ESE. A EMG e a ENF, tiveram suas revisões em junho de 2012. Enquanto a EBO, ESE e EPB finalizaram em janeiro, abril de 2013 e agosto de 2013, respectivamente.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidora	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/4/2013
EMG	Resolução 1.293, de 05/06/2012	1,20%	18/6/2012
ENF	Resolução 1.292, de 05/06/2012	-4,82%	18/6/2012
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/8/2013

11 Baixa renda e outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Baixa renda	-	-	24.630	33.015
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	25.150	33.242
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	5.017	4.025
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	2.758	999	2.840	2.052
Repasse a geradoras (1)	-	-	-	1.920
Adiantamentos a fornecedores	2.088	1.811	9.160	6.888
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	15.720	-
Creditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	-	-	10.881	3.443
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	-	1.714	-
Outros	236	160	12.600	10.143
Total - circulante	5.082	2.970	107.712	94.728

- (1) Refere-se ao recálculo de repasse aos geradores de acordo com Resolução Normativa Aneel nº 387/2009.
- (2) Subvenção CDE para o consumo de energia das classes: Rural - Irrigantes e da classe de Serviço Público homologado através do Decreto nº 7.891/2013.

Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	Total
Saldo - 01/01/2012	2.384	844	4.320	9.888	954	18.390
Subvenção baixa renda	20.287	1.121	36.446	87.132	8.094	153.080
Ressarcimento Eletrobrás	(18.769)	(1.692)	(34.241)	(80.611)	(7.627)	(142.940)
Contas a receber Eletrobrás	2.074	348	1.904	-	159	4.485
Saldo -2012	5.976	621	8.429	16.409	1.580	33.015
Subvenção baixa renda	20.225	1.530	38.739	84.191	9.009	153.694
Ressarcimento Eletrobrás	(22.803)	(1.876)	(40.769)	(87.547)	(9.084)	(162.079)
Saldo -2013	3.398	275	6.399	13.053	1.505	24.630

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO (*)	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	36.381	40.825	30.449	918	2.799	111.372
Repasse/Antecipação despacho ANEEL nº 1.711/2013	(31.679)	(35.797)	(25.667)	(573)	(1.936)	(95.652)
Total	4.702	5.028	4.782	345	863	15.720

O Governo Federal, através do Despacho Aneel nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$67.010 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$28.642, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

12 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (82,1% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (50,06% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

Os saldos com parte relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	2013		2012
	Ativo	Passivo	Ativo
Cientes, consumidores e concessionárias (1)	4.712	-	4.295
Mútuos (2):			
. Energisa Serviços Aéreos S/A	7.822	-	6.600
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	12.655	-	31.518
. Energisa Geração Rio Grande S/A	4.998	-	4.667
. Energisa Soluções S/A (*)	-	-	5.166
. SPE Cristina Energia S/A	3.309	-	10.325
. Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	-	31.051	-
	28.784	31.051	58.276
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (3):			
. Energisa Geração Rio Grande S/A	2.381	-	62.548
. Renascença I,II,III e IV			
. Parque Eólico Sobradinho	1.550	-	2.154
. Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A		-	33.476
. Energisa Geração Usina Maurício	597	-	14
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção		-	880
. Energisa Bioeletricidade S/A	34.900	-	151.596
. Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	69.456	-	103.969
	108.884	-	354.637
Total	142.380	31.051	417.208

Os saldos de partes relacionadas referentes aos planos de suplementação de aposentadoria e pensões estão descritos na nota explicativa nº34.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos (1)	Comissão aval (Receita financeira) (2)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
EMG	10.600	3.825	823
EPB	21.538	5.389	1.708
ESE	13.084	7.442	1.038
ESER	(85)	637	-
EBO	5.747	305	456
EGR	-	427	-
ECOM	2.365	1.403	188
ESO	1.650	522	126
ENF	4.708	682	373
2013	59.607	20.632	4.712
2012	54.696	3.487	4.295

- (1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela a ANEEL.
- (2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,7% a.a (CDI +0,6% a.a em 2012), com vencimentos de até maio/2015. Refere-se também à comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias de contratos das controladas a razão de 1,5% a.a.
- (3) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Remuneração dos administradores

No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$353 (R\$240 em 2012) e da Diretoria foi de R\$228 (R\$113 em 2012) na controladora e R\$4.751 (R\$3.931 em 2012) e R\$12.353 (R\$9.925 em 2012) no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$19 (R\$9 em 2012) na controladora e R\$1.744 (R\$1.764 em 2012) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$74 (R\$61 em 2012) na controladora e R\$2.322 (R\$2.223 em 2012) no consolidado.

Na AGO de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$1.098 (R\$1.035 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$25.384 (R\$22.403 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R\$14 e R\$1 na controladora e R\$82 e R\$3 no consolidado (R\$2 e R\$1 na controladora e R\$76 e R\$3 no consolidado em 2012), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$3 na controladora e R\$38 no consolidado (R\$2 na controladora e R\$36 no consolidado em 2012).

13 Tributos e impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	60.685	66.352
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	829	2.216	6.399	4.688
Imposto de Renda - IRPJ	23.855	14.572	57.231	31.052
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	607	1.730	7.217	4.114
PIS e COFINS	219	170	70.881	74.882
Outros	80	-	3.367	5.235
	25.590	18.688	205.780	186.323
Circulante	8.172	11.198	130.960	121.839
Não circulante	17.418	7.490	74.820	64.484

14 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$41.837 (R\$23.229 em 2012), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (ajustado)
Ativo				
Prejuízos fiscais	23.088	23.088	44.381	46.836
Base negativa da contribuição social	8.313	8.313	16.836	17.706
Diferenças temporárias	(13.989)	(13.849)	171.585	146.223
Total - não circulante	17.412	17.552	232.802	210.765

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (ajustado)
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	11.098	11.692
Contribuição Social	-	-	3.994	4.210
Total - não circulante	-	-	15.092	15.902

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2013			
	Controladora		Consolidado	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	92.350	23.088	177.524	44.381
Base negativa da CSLL	92.367	8.313	187.066	16.836
Creditos fiscais - ágio (1)	-	-	250.676	85.230
Provisão ajuste atuarial	2.108	717	134.129	45.604
Provisões para riscos	-	-	68.607	23.326
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-	-	26.167	8.897
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	51.857	17.631
Variações cambiais passivas	1.177	400	154.511	52.534
Marcação a mercado - derivativos	(30.582)	(10.398)	(94.355)	(32.081)
Ajustes a valor presente	-	-	14.532	4.941
Ativos regulatórios (CVA's)	-	-	51.823	17.620
Outras exclusões temporárias	(13.846)	(4.708)	(19.879)	(6.759)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	-	-	(133.407)	(45.358)
Totais - ativo não circulante	143.574	17.412	869.251	232.802

	2012 (ajustado)			
	Controladora		Consolidado	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	92.350	23.088	187.502	46.876
Base negativa da CSLL	92.367	8.313	196.876	17.719
Creditos fiscais - ágio (1)	-	-	271.276	92.234
Provisão ajuste atuarial	2.108	717	152.651	51.901
Provisões para riscos	-	-	69.816	23.737
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-	-	23.012	7.824
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	55.629	18.914
Variações cambiais passivas	1.177	400	1.177	400
Marcação a mercado - derivativos	(30.582)	(10.398)	(62.205)	(21.150)
Ajustes a valor presente	-	-	11.708	3.981
Ativos regulatórios (CVA's)	-	-	34.976	11.892
Outras adições (exclusões) temporárias	(13.434)	(4.568)	(24.290)	(8.259)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	-	-	(103.837)	(35.305)
Totais - ativo não circulante	143.986	17.552	814.291	210.765

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$85.230 (R\$92.234 em 2012) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: ENF (15 anos), EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO) e nº 771, de 19 de dezembro de 2006 (ENF).

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	953	8.947
2015	901	26.623
2016	1.960	12.005
2017	3.583	13.637
2018	3.884	13.931
2019 a 2023	6.131	157.659
Total	17.412	232.802

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (ajustado)	2013	2012 (ajustado)
Lucro antes dos impostos	201.361	319.382	248.406	422.506
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(68.462)	(108.590)	(84.458)	(143.652)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	87.070	136.348	36	-
Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*)	-	-	48.817	61.416
Créditos tributários - IR e CS não constituído no exercício	(18.608)	(23.229)	(18.608)	(23.229)
Créditos tributários - IR e CS de exercícios anteriores revertidos	-	(28.636)	-	(28.636)
Diferença pela apuração do imposto pelo regime do lucro presumido	-	-	6.611	440
Outros	-	(4.529)	2.943	2.525
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(28.636)	(45.659)	(131.136)
Alíquota efetiva	-	8,97%	18,39%	31,03%

(*) As controladas ESE, EPB e EBO possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal, foram através ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013 e EBO - Laudo Constitutivo Sudene nº 0206/2012. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$48.817 (R\$61.416 em 2012), sendo: R\$35.619 (R\$39.289 em 2012) na EPB, R\$1.825 (R\$5.735 em 2012) na EBO e R\$11.373 (R\$16.392 em 2012) na ESE. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

15 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB e EBO passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo reconhecido no resultado do exercício em receita

financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$29.567 (R\$103.838 em 2012).

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas por controlada:

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	Total
Ativo financeiro custo histórico - 01/01/2012	136.442	30.777	34.021	48.144	5.556	254.940
Adições no exercício (*)	24.199	100.502	83.810	4.973	12.702	226.186
Baixas no exercício	(126)	-	(1.029)	(617)	(4)	(1.776)
Ativo financeiro custo histórico - 2012	160.515	131.279	116.802	52.500	18.254	479.350
 Atualização contas a receber da concessão - VNR	 57.224	 15.770	 13.344	 16.286	 1.214	 103.838
Ativo financeiro custo corrigido - 2012	217.739	147.049	130.146	68.786	19.468	583.188
Adições no exercício (*)	56.221	73.897	44.575	11.868	4.163	190.724
Baixas no exercício	(770)	(838)	(463)	(145)	(75)	(2.291)
Subtotal	273.190	220.108	174.258	80.509	23.556	771.621
Atualização contas a receber da concessão - VNR	12.685	5.447	8.609	3.673	(847)	29.567
Ativo financeiro custo corrigido - 2013	285.875	225.555	182.867	84.182	22.709	801.188

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (ajustado)	2013	2012 (ajustado)
Participação em controladas	2.092.397	1.946.639	-	-
Outros	10.051	10.051	18.443	16.372
Total	2.102.448	1.956.690	18.443	16.372

Participação em controladas:

2013									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	450.712	100	526.662	462.767	63.895	27.516	27.516	63.895
Energisa SE	345.763	195	100	1.099.969	752.436	347.533	45.561	45.561	347.533
Energisa PB	425.805	918	100	1.540.985	942.899	598.086	133.944	133.944	598.086
Energisa BO	62.753	293	100	187.837	91.576	95.261	9.533	9.533	95.262
Energisa NF	39.743	13	100	141.155	80.495	60.660	6.867	6.867	60.660
Energisa Soluções	39.000	29.635	100	73.180	24.958	48.222	(1.924)	(1.924)	48.221
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (2)	1.000	120	100	7.897	9.068	(1.171)	(1.933)	(1.933)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.890	1.183	2.707	1.433	1.433	2.707
Energisa Comercializadora	1	1	100	45.505	40.047	5.458	7.286	7.286	5.459
Alvorada Direitos Creditórios S.A (3)	251	200	50	296	43	253	3	1	127
Dinamica Direitos Creditorios (3)	7.570	500	50	7.856	126	7.730	211	105	3.865
Energisa Geração Rio Grande	130.797	68.249	100	268.823	128.886	139.937	3.756	3.756	139.937
SPE Cristina S/A	21.100	7.400	100	31.741	11.893	19.848	(554)	(554)	19.848
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A	61.448	27.925	100	107.585	43.946	63.639	3.462	3.462	63.639
Parque Eólico Sobradinho	2.552	398	100	849	36	813	(1.396)	(1.396)	813
Energisa Geração Usina Maurício	15	1	100	683	26	657	74	74	657
Energisa Bioeletricidade (1)	151.597	1	100	243.943	52.502	191.441	6.543	6.543	191.441
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	167.468	63.500	100	765.666	518.208	247.458	15.813	15.813	247.458
Ágio pago na aquisição de controladas								-	202.789
Total								256.088	2.092.397

(1) Aquisição de participação societária - combinação de negócios.

(2) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$1.171, registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(3) Empresa controlada em conjunto.

2012 (ajustado)									
Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora		
Controladas	Capital social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	450.712	100	538.726	437.847	100.879	66.615	66.615	100.879
Energisa SE	345.736	195	100	1.113.626	769.041	344.585	69.051	69.171	344.585
Energisa PB	386.516	918	100	1.478.455	921.598	556.857	209.344	209.946	556.857
Energisa BO	57.018	293	100	183.442	85.252	98.190	28.961	29.033	98.190
Energisa NF	32.650	13	100	133.578	75.114	58.464	14.031	14.112	58.464
Energisa Soluções	23.210	29.635	100	61.322	27.673	33.649	3.563	3.563	33.650
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	120	120	100	9.113	8.351	762	(34)	(34)	762
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.883	1.059	2.824	1.581	1.581	2.823
Energisa Comercializadora Alvorada Direitos Creditórios S.A	1	1	100	56.681	54.208	2.473	3.326	3.326	2.473
Energisa Geração Rio Grande	250	200	50	274	22	252	3	1	125
SPE Cristina S/A	68.249	68.249	100	273.709	139.023	134.686	3.780	3.780	134.686
PCH Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	14.083	7.400	100	33.473	20.088	13.385	(358)	(358)	13.385
Renascença I, II, III, IV, Ventos de São Miguel e Parque Eólico Sobradinho	27.925	27.925	100	65.757	4.944	60.813	(412)	(412)	60.813
Energisa Geração Usina Maurício	2.134	2.134	100	2.502	107	2.395	(530)	(530)	2.395
Energisa Bioeletricidade (1)	1	1	100	559	558	1	(13)	(13)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	1	1	100	192.284	38.675	153.609	2.683	2.683	153.609
Ágio pago na aquisição de controladas	63.500	63.500	100	344.092	178.291	165.801	(1.442)	(1.442)	165.800
	-	-	-	-	-	-	-	-	217.143
Total								401.022	1.946.639

(1) Aquisição de participação societária - combinação de negócios.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	2012	Subscrição/ aquisição/ adiantamento para futuro aumento de capital	Aumento (Redução) Capital	Dividendos pagos/propostos pelas controladas (1)	Amortização	Resultado Abrangente (2)	Equivalência patrimonial	2013
	(Ajustado)							
Energisa MG	100.879	-	-	(64.650)	-	150	27.516	63.895
Energisa SE	344.585	-	-	(28.670)	-	(13.943)	45.561	347.533
Energisa PB	556.857	-	-	(94.296)	-	1.581	133.944	598.086
Energisa BO	98.190	-	-	(12.461)	-	-	9.533	95.262
Energisa NF	58.464	-	7.093	(11.836)	-	72	6.867	60.660
Energisa Soluções	33.649	-	15.790	-	-	706	(1.924)	48.221
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	762	-	-	-	-	-	(1.933)	-
Energisa Planejamento	2.824	-	-	(1.545)	-	(5)	1.433	2.707
Energisa Comercializadora	2.473	-	-	(4.316)	-	16	7.286	5.459
Alvorada Direitos Creditórios S.A	125	-	-	-	-	-	2	127
Dinamica Direitos Creditorios	-	3.785	-	(25)	-	-	105	3.865
Energisa Geração Rio Grande	134.686	2.381	-	(891)	-	5	3.756	139.937
SPE Cristina S/A	13.385	-	7.017	-	-	-	(554)	19.848
Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	60.813	-	47	(683)	-	-	3.462	63.639
Renascença I, II, III, IV, Ventos de São Miguel e Parque Eólico Sobradinho	2.395	1.550	(1.736)	-	-	-	(1.396)	813
Energisa Geração Usina Maurício	-	597	-	(14)	-	-	74	657
Energisa Bioeletricidade	153.609	34.900	-	(3.565)	-	(46)	6.543	191.441
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	165.800	69.456	-	(3.359)	-	(252)	15.813	247.458
Ágio pago na aquisição de controladas	217.143	-	-	-	(14.354)	-	-	202.789
Total	1.946.639	112.669	28.211	(226.311)	(14.354)	(11.716)	256.088	2.092.397

- (1) Inclui em 31 de dezembro de 2013, R\$45.707 referente a dividendos a receber das controladas EPB (R\$16.000), ESE (R\$8.000), ECOM (R\$1.822), EBIO (R\$1.554), GUM (R\$14), Ze Tunin (R\$683), EGR (R\$892), EPLAN (R\$358), EMG (R\$13.000), Dinâmica (R\$25) e ERN (R\$3.359) registrados no ativo circulante na rubrica Dividendos a receber na controladora.
- (2) Inclui equivalência patrimonial reflexa referente ao reconhecimento da nova prática estabelecida pelo CPC 33 R1 (IAS19) dos ganhos e perdas com o plano de suplementação de aposentadoria e pensões e premio aposentadoria, contabilizado pelas controladas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Controladas	01/01/2012	Subscrição/ aquisição/ recursos destinados para futuro aumento de capital	Dividendos pagos/ propostos pelas controladas (1)	Amortização	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial	2012
Energisa MG	68.530	-	(33.788)	-	(478)	66.615	100.879
Energisa SE	340.877	-	(57.281)	-	(8.182)	69.171	344.585
Energisa PB	546.319	-	(189.188)	-	(10.220)	209.946	556.857
Energisa BO	89.483	-	(20.326)	-	-	29.033	98.190
Energisa NF	50.664	-	(6.189)	-	(123)	14.112	58.464
Energisa Soluções	31.721	-	(849)	-	(786)	3.563	33.649
Termosergipe	32	(32)	-	-	-	-	-
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	796	-	-	-	-	(34)	762
Energisa Planejamento	5.685	(4.000)	(394)	-	(48)	1.581	2.824
Energisa Comercializadora	3.974	-	(4.804)	-	(23)	3.326	2.473
Alvorada Direitos Creditórios S.A	124	-	-	-	-	1	125
Energisa Geração Rio Grande	116.112	15.696	(897)	-	(5)	3.780	134.686
SPE Cristina	13.743	-	-	-	-	(358)	13.385
PCH Zé Tunin	13.608	47.617	-	-	-	(412)	60.813
Renascença I, II, III, IV, Ventos de São Miguel e Parque Eólico Sobradinho	2.404	521	-	-	-	(530)	2.395
Energisa Geração Usina Maurício	13	-	-	-	-	(13)	-
Energisa Bioeletricidade	1	151.595	(670)	-	-	2.683	153.609
Energisa Geração Rio Grande do Norte	64.747	102.495	-	-	-	(1.442)	165.800
Ágio pago na aquisição de controladas	231.052	-	-	(13.909)	-	-	217.143
Total	1.579.885	313.892	(314.386)	(13.909)	(19.865)	401.022	1.946.639

(1) Inclui R\$43.032 referente a dividendos a receber das controladas EPB (R\$35.392), EBO (R\$4.000), ESOL (R\$846), ECOM (R\$832), EGR (R\$897), EPLAN (R\$395) e ERN (R\$670) registrados no ativo circulante na rubrica Dividendos a receber na controladora.

Aquisição de investimentos - combinação de negócios:

A Companhia adquiriu em agosto de 2012 através de sua controlada específica Energisa Bioeletricidade S/A 4 (quatro) Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) da Tonon Bioenergia S/A.

Abaixo, apresenta-se o valor justo das SPEs acima mencionadas, bem como o montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas, o valor pago pelo direito de construir e explorar usina termelétrica movida a biomassa de bagaço de cana-de-açúcar Companhia Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II no município de Maracaju/MS e Companhia Tonon Bioelétrica em Bocaina/SP. A Administração atribuiu a rentabilidade futura o goodwill pago na apuração da compra.

Empresas adquiridas de biomassas	Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I	Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I	Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II	Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II
Localização	Maracaju/MS	Bocaina/SP	Maracaju/MS	Bocaina/SP
Capacidade instalada	30 MW	30 MW	30 MW	50 MW
Valor pago na aquisição	67.267	52.237	16.263	13.894
Patrimônio Líquido contábil	73.649	17.195	20	20
Mais valia atribuída ao ativo imobilizado	4.528	21.935	-	-
Mais valia atribuída ao contrato de vendas	-	21.153	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.540	14.650	-	-
Valor justo do Patrimônio Líquido	76.637	45.634	20	20
Participação adquirida	85%	85%	100%	100%
Valor da participação dos acionistas controladores	65.142	38.789	20	20
Valor da participação dos acionistas não controladores (*)	11.495	6.845	-	-
Ágio (goodwill)	2.125	13.448	16.243	13.874

(*) Calculado sobre o valor justo do patrimônio líquido.

As unidades operacionais acima mencionadas serão exploradas pelo prazo de 20 anos a partir da data de aquisição e os investimentos a serem construídos também serão explorados pelo mesmo prazo contados a partir da data de entrada em operação destes ativos.

O contrato de compra desses investimentos estipula que ao final do prazo de exploração dos ativos referentes as usinas termelétricas sejam devolvidos, no estado que se encontravam à Tonon Bioenergia S/A.

Fundamentada em interpretações de seus avaliadores externos, a Companhia adotou o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos imobilizados das SPEs Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e Tonon Bioeletricidade S/A, tendo os ativos sidos ajustados em R\$4.528 e R\$21.935, respectivamente.

No curso das avaliações foram identificados ganhos no fluxo de caixa futuro de contratos de venda de energia elétrica da controlada Tonon Bioeletricidade S/A considerados como intangíveis com valor presente de R\$21.153.

Para essas mais valias ativas, foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos da ordem de 34% que geraram passivos de R\$1.540 na Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e R\$14.650 na Tonon Bioeletricidade S/A.

Por se tratarem de empreendimentos de vida útil definida, tanto as mais valias (imobilizado e intangível) quanto o ágio (goodwill), serão amortizados no período de exploração, ou seja, de 20 anos. A amortização desses ativos não se constitui em dedutibilidade fiscal.

Os acionistas minoritários da Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, detém opção de compra das ações das empresas, onde possuem o direito de adquirir de mais

15% do capital social a partir do quarto ano de operação das empresas. Em 31 de dezembro de 2013, o valor da opção é zero.

Para a determinação do valor justo da opção de compra é utilizado o IPCA mais 14% em comparação com valor presente dos valores capitalizados até 31 de dezembro de 2013.

17 Imobilizado

	Controladora					
	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2013
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	19	-	-	(3)	-	16
Edificações e benfeitorias	4.043	-	169	-	-	4.212
Máquinas e equipamentos	3.786	-	830	-	-	4.616
Veículos	8.711	-	215	(374)	-	8.552
Móveis e utensílios	13.679	-	82	-	-	13.761
Total do imobilizado em serviço	30.238	-	1.296	(377)	-	31.157
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(1.769)	-	-	-	(148)	(1.917)
Máquinas e equipamentos	(2.857)	-	-	-	(178)	(3.035)
Veículos	(7.061)	-	-	349	(1.383)	(8.095)
Móveis e utensílios	(10.434)	-	-	-	(704)	(11.138)
Total Depreciação acumulada	(22.121)	-	-	349	(2.413)	(24.185)
Imobilizado em curso	1	1.295	(1.296)	-	-	-
Total do Imobilizado	8.118	1.295	-	(28)	(2.413)	6.972

	Controladora					
	Saldo 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2012
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	20	-	-	(1)	-	19
Edificações e benfeitorias	3.446	-	600	(3)	-	4.043
Máquinas e equipamentos	3.216	-	570	-	-	3.786
Veículos	8.483	-	228	-	-	8.711
Móveis e utensílios	13.440	-	239	-	-	13.679
Total do imobilizado em serviço	28.605	-	1.637	(4)	-	30.238
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(1.648)	-	-	(1)	(120)	(1.769)
Máquinas e equipamentos	(2.750)	-	-	-	(107)	(2.857)
Veículos	(5.383)	-	-	-	(1.678)	(7.061)
Móveis e utensílios	(9.680)	-	-	-	(754)	(10.434)
Total Depreciação acumulada	(19.461)	-	-	(1)	(2.659)	(22.121)
Imobilizado em curso	276	1.362	(1.637)	-	-	1
Total do Imobilizado	9.420	1.362	-	(5)	(2.659)	8.118

	Consolidado					
	Saldo 2012	Adição (**)	Transferências (*)	Baixas	Depreciação	Saldo 2013
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	538	-	(515)	(6)	-	17
Terrenos	14.143	-	2.423	-	-	16.566
Reservatório, Barragens e Adutoras	109.100	3.652	62.719	(27)	-	175.444
Edificações e benfeitorias	84.756	-	35.008	(7.567)	-	112.197
Máquinas e equipamentos	240.450	3.044	613.607	5.051	-	862.152
Veículos	28.663	-	2.601	(1.418)	-	29.846
Móveis e utensílios	41.388	-	4.739	(1.967)	-	44.160
Total do Imobilizado em Serviço	519.038	6.696	720.582	(5.934)	-	1.240.382
Depreciação e amortização acumulada:						
Software	(274)	-	-	43	(39)	(270)
Reservatório, Barragens, Adutoras e terras	(4.224)	-	-	(1.568)	(5.456)	(11.248)
Edificações e benfeitorias	(6.780)	-	(896)	1.226	(4.733)	(11.183)
Máquinas e equipamentos	(34.536)	-	(4.364)	1.201	(22.884)	(60.583)
Veículos	(13.413)	-	(571)	1.259	(3.764)	(16.489)
Móveis e utensílios	(23.348)	-	(831)	1.231	(1.516)	(24.464)
Total Depreciação acumulada	(82.575)	-	(6.662)	3.392	(38.392)	(124.237)
Imobilizado em curso	253.896	525.397	(713.920)	-	-	65.548
Total do Imobilizado	690.359	532.093	-	(2.542)	(38.392)	1.181.693

(*) As transferências do imobilizado em curso para em serviço, referem-se basicamente a unitização dos parques eólicos e PCH Zé Tunin.

(**) R\$6.696 refere-se a transferência do intangível.

	Consolidado					
	Saldo 01/01/2012	Adição (*)	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2012
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	-	588		(50)		538
Terrenos	4.920	-	9.224	(1)	-	14.143
Reservatório, Barragens e Adutoras	29.104	2.033	77.963	-	-	109.100
Edificações e benfeitorias	19.598	8.396	56.765	(3)	-	84.756
Máquinas e equipamentos	43.423	155.491	79.614	(38.078)	-	240.450
Veículos	16.633	1.791	10.341	(102)	-	28.663
Móveis e utensílios	16.721	24.105	562	-	-	41.388
Total Imobilizado em Serviço	130.399	192.404	234.469	(38.234)	-	519.038
Depreciação acumulada:						
Software	-	(266)	-	11	(19)	(274)
Reservatório, Barragens, Adutoras e terras	(582)	(920)	(64)	-	(2.658)	(4.224)
Edificações e benfeitorias	(3.500)	(446)	(17)	(1)	(2.816)	(6.780)
Máquinas e equipamentos	(12.086)	(21.552)	(297)	7.929	(8.530)	(34.536)
Veículos	(9.728)	(811)	-	88	(2.962)	(13.413)
Móveis e utensílios	(11.367)	(10.161)	(1)	-	(1.819)	(23.348)
Total Depreciação acumulada	(37.263)	(34.156)	(379)	8.027	(18.804)	(82.575)
Subtotal Imobilizado	93.136	158.248	234.090	(30.207)	(18.804)	436.463
Imobilizado em curso	299.876	188.110	(234.090)	-	-	253.896
Total do Imobilizado	393.012	346.358	-	(30.207)	(18.804)	690.359

(*) Do montante de R\$158.248 referente a adição do imobilizado líquido de depreciação, inclui R\$ 45.760 de transferência do intangível e R\$112.488 de aquisição de ativos das 4 (quatro) Sociedades de Propósito Específico ("SPE'S") da Tonon Bioenergia S/A.

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	4,68%
Edificações e benfeitorias	4,00%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

Os ativos dos projetos de PCH's, Eólicas e Biomassas são depreciados de acordo com as taxas de depreciação indicadas, limitados ao prazo da concessão ou autorização.

18 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contrato de concessão/ Softwares	4.141	2.686	968.723	1.019.286
Direito de concessão	-	-	561.679	595.505
Total	4.141	2.686	1.530.402	1.614.791

18.1 Intangível - controladora

Intangível	Saldo Inicial 2012	Adição	Transferências	Amortização	Saldo Final 2013
Em Serviço					
Custo dos softwares	4.601	-	2.353	-	6.954
Amortização Acumulada	(1.942)	-	-	(871)	(2.813)
Subtotal	2.659	-	2.353	(871)	4.141
Em Curso	27	2.326	(2.353)	-	-
Total Geral	2.686	2.326	-	(871)	4.141

Intangível	Saldo Inicial 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo Final 2012
Em Serviço						
Custo dos softwares	3.691	-	983	(73)	-	4.601
Amortização Acumulada	(1.229)	-	-	8	(721)	(1.942)
Subtotal	2.462	-	983	(65)	(721)	2.659
Em Curso	-	1.010	(983)	-	-	27
Total Geral	2.462	1.010	-	(65)	(721)	2.686

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

18.2 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
Intangível em Serviço						
Custo	2.306.531	570	180.444	(54.632)	-	2.432.913
Amortização Acumulada	(1.056.023)	-	1.236	25.745	(124.559)	(1.153.601)
Subtotal	1.250.508	570	181.680	(28.887)	(124.559)	1.279.312
Em Curso	166.320	293.026	(177.870)	(157.429)	-	124.047
Estudos e Projetos	14.833	239	(3.810)	(11.210)	-	52
Total	1.431.661	293.835	-	(197.526)	(124.559)	1.403.411
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	376.602	-	42.492	(3.327)	-	415.767
Amortização Acumulada	(88.493)	-	-	-	(25.829)	(114.322)
Subtotal	288.109	-	42.492	(3.327)	(25.829)	301.445
Em Curso	124.266	72.643	(42.492)	(21.174)	-	133.243
Total	412.375	72.643	-	(24.501)	(25.829)	434.688
Total Geral (**)	1.019.286	221.192	-	(173.025)	(98.730)	968.723

(*) Das baixas no montante de R\$173.025, R\$136.255 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão, R\$12.839 de obrigações especiais foi registrado no Passivo Circulante rubrica - Outras Contas a Pagar, referente a devolução à Eletrobrás de recursos do Programa Luz para Todos, R\$6.696 foram transferidos para o imobilizado e R\$42.913 referem-se a baixas realizadas no exercício. Das adições de obrigações especiais, cerca de R\$54.469 foram transferidas do contas a receber da concessão.

(**) Inclui R\$54.510 (R\$39.148 em 2012) referente a softwares.

	Saldo 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo Final 2012
Intangível em Serviço						
Custo	2.321.397	21.153	229.214	(265.233)	-	2.306.531
Amortização acumulada	(1.000.385)	(721)	-	54.411	(109.328)	(1.056.023)
Subtotal	1.321.012	20.432	229.214	(210.822)	(109.328)	1.250.508
Em Curso	190.032	340.890	(226.711)	(137.891)	-	166.320
Estudos e Projetos	13.306	4.030	(2.503)	-	-	14.833
Total	1.524.350	365.352	-	(348.713)	(109.328)	1.431.661
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	395.736	-	34.923	(54.057)	-	376.602
Amortização acumulada	(67.782)	-	-	-	(20.711)	(88.493)
Subtotal	327.954	-	34.923	(54.057)	(20.711)	288.109
Intangível em Curso	141.259	33.126	(34.923)	(15.196)	-	124.266
Total	469.213	33.126	-	(69.253)	(20.711)	412.375
Total Geral	1.055.137	332.226	-	(279.460)	(88.617)	1.019.286

(*) Do montante de R\$279.460, R\$226.186 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão, R\$45.760 foi transferido para o imobilizado e R\$7.514 refere-se a baixa realizada no exercício.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EMG - 3,83% (3,75% em 2012), EPB - 3,89% (3,70% em 2012), ESE - 3,78% (3,77% em 2012), EBO - 4,00% (3,92% em 2012) e ENF - 3,83% (3,80% em 2012).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2013	2012
Contribuições do consumidor	305.710	273.931
Participação da União - recursos CDE	321.809	341.545
Participação do Governo do Estado	75.390	69.902
Reserva para reversão	1.722	1.722
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	10.657	1.668
(-) Amortização acumulada	(114.322)	(88.493)
Total	600.966	600.275
Alocação:		
Contas a receber da concessão	166.278	187.900
Infraestrutura - Intangível em serviço	301.445	288.109
Infraestrutura - Intangível em curso	122.586	122.598
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	10.657	1.668
Total	600.966	600.275

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas ESE e EMG, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009) e EPB (agosto de 2009). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3° ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$10.657 (R\$1.668 em 2012).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Encargos financeiros

Durante os exercícios findos em 2013 e 2012, as controladas efetuaram a capitalização de encargos financeiros, conforme abaixo:

	Consolidado	
	2013	2012
Encargos de dívidas - juros	223.349	243.061
(-) transferência para o imobilizado em curso (*)	(21.679)	(757)
(-) transferência para o intangível em curso (*)	(7.126)	(11.350)
Efeito líquido no resultado	194.544	230.954

(*) Conforme CPC 20 as controladas utilizaram a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

18.3 Direito de concessão - Consolidado

	2013	2012
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	320.580	320.580
Ágio (Goodwill) (3)	45.690	45.690
Amortização acumulada	(342.603)	(308.777)
Total	561.679	595.505

A movimentação é a seguinte:

	Consolidado	
	2013	2012
Saldo inicial - 2012 e 01/01/2012	595.505	582.192
Ágio (Goodwill)	-	45.690
Aquisição no exercício	-	1.004
Amortização no exercício	(33.826)	(33.381)
Saldo final - 2013 e 2012	561.679	595.505

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$314.254 (R\$332.947 em 2012).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ENF, EBO, ESE e EPB, no montante de R\$171.156 (R\$184.890 em 2012), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu seis empresas de propósitos específicos: (i) (Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel), detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho - RN, pelo valor de R\$24.810 (R\$25.231 em 2012), deduzido da amortização de R\$421, contabilizada no exercício e; (ii) Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2012).

A instalação dos nove parques eólicos Renascença e Ventos de São Miguel, foram iniciados em 2012 e concluídos em 2013, tendo sido investidos cerca de R\$607.186 (R\$108.161 em 2012), com capacidade de 236 MWh.

Os projetos Renascença e Ventos do São Miguel foram vencedores no Leilão de Fontes Alternativas em agosto de 2010. Estes projetos iniciaram a comercialização de 59,7 MW médios pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$136,00/MWh correspondente a R\$27.988 de receita operacional reconhecidas a partir de setembro de 2013, foram fiscalizados pela ANEEL e considerados aptos a gerar energia, tendo sido cumpridas, pelos referidos parques, todas as condições necessárias para que estejam em condições de operar.

Entretanto, não está sendo possível injetar energia no sistema de transmissão ao qual se conectará, uma vez que as instalações da rede básica necessárias à referida conexão e que são de responsabilidade de empresa transmissora ainda não foram concluídas.

Assim, independentemente da efetiva entrega da energia ao sistema elétrico, as condições contratuais pactuadas pelos citados parques eólicos nos leilões em que se tornaram vencedores garantem aos mesmos o direito de auferir as receitas previstas nos leilões, atualizadas monetariamente conforme contratos assinados pelas empresas, baseadas na proporção de um duodécimo do valor da receita fixa anual, critério utilizado para o reconhecimento da receita operacional no exercício.

Os valores pagos na aquisição dos parques eólicos estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial dos mesmos iniciados em setembro de 2013.

O projeto Sobradinho ainda não contratou sua geração de energia e deverá participar dos próximos leilões regulados, que ocorrem regularmente. Alternativamente, estruturas de acesso ao mercado livre vêm sendo avaliadas e poderão ser utilizadas com este projeto.

Até 31 de dezembro de 2013 foram investidos R\$815 (R\$723 em 2012) neste projeto.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2013 e 2014	35.428	6.528
2015 e 2016	67.435	13.568
2017 e 2018	66.384	14.255
2019 e 2020	67.963	14.941
2021 e 2022	69.514	15.617
2023 e 2024	71.192	16.288
2025 em diante	183.763	25.650
Total	561.679	106.847

(3) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, serão amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R\$44.437, deduzido das amortizações.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Suprimento: (1)				
Furnas	-	-	136	136
Ampla - Cusd	-	-	783	1.419
CCEE	-	-	17.353	2.439
Contratos Bilaterais (1)	-	-	133.831	153.417
Uso de rede básica (1)	-	-	6.412	12.038
Conexão à rede (1)	-	-	752	1.049
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	11.284	30.277
Materiais, serviços e outros (2)	2.425	1.112	153.909	69.410
Total	2.425	1.112	324.460	270.185
Circulante	2.425	1.112	318.174	264.422
Não Circulante	-	-	6.286	5.763

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
				Não Circulante	2013	2012	
ENERGISA S/A	Em moeda estrangeira						
	CITIBANK	818	-	175.695	176.513	155.059	(3)
	Total em moeda estrangeira	818	-	175.695	176.513	155.059	
	Total ENERGISA S A	818	-	175.695	176.513	155.059	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	114	-	15.000	15.114	15.078	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	153	290	456	620	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	45	421	1.554	2.020	2.488	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	65	512	2.035	2.612	3.060	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	45	313	359	461	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	29	222	251	287	
	Eletrobrás - Subtransmissão	117	3.141	820	4.078	5.836	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	1.489	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	303	2.229	6.267	8.799	11.033	
	Banco do Nordeste -	535	3.262	3.670	7.467	9.490	

ENERGISA PARAÍBA	Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)					
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	780	2.649	15.568	18.997	21.692
	Banco ABC - repasse BNDES	567	5.239	27.385	33.191	-
	Banco Itaú BBA - FINAME	53	804	10.276	11.133	5.843
	Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1	-	-	-	-	30.169 (4)
	Financiamento INERGUS Plano Saldado	-	-	-	-	26.809 (4)
	Total em moeda nacional	2.593	18.484	83.400	104.477	134.355
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(153)	-	(624)	(777)	(790)
	Em moeda estrangeira					
	NOTES UNITS	-	-	-	-	230.208 (2) e (3)
	Bank of America Merrill Lynch	54	-	70.278	70.332	61.440 (3)
	Banco Itau BBA	1.017	-	117.671	118.688	- (3)
	Citibank	672	-	117.133	117.805	- (3)
	Total em moeda estrangeira	1.743	-	305.082	306.825	291.648
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(708)
	Total ENERGISA SERGIPE	4.183	18.484	387.858	410.525	424.505
	Em moeda nacional					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	485	-	61.000	61.485	61.339
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	386	712	1.127	1.493
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	567	1.865	2.504	3.086
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	410	1.845	2.322	2.769
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	354	2.036	2.448	2.769
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	86	432	2.792	3.310	3.785
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	9	391	3.051	3.451	3.848
	Eletrobrás - Subtransmissão	7	6.130	7.850	13.987	20.204
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	9	14	-	23	44
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	529	-	529	7.096
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	1	5.362	-	5.363	11.014
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	31	9.784	23.496	33.311	43.335
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	12	7.135	46.819	53.966	55.817
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1	2.429	6.069	8.499	10.930
	Banco BNB - repasse BNDES	60	7.647	33.105	40.812	-
	Banco Itaú BBA - FINAME	106	2.149	22.001	24.256	10.702
	Total em moeda nacional	1.033	43.719	212.641	257.393	238.231
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(339)	-	(1.393)	(1.732)	(2.062)
	Em moeda estrangeira					
	NOTES UNITS	-	-	-	-	124.059 (2) e (3)

	Banco Itaú BBA I	293	-	39.589	39.882	35.085	(3)
	Banco Itaú BBA II	1.222	-	141.206	142.428	-	(3)
	Citibank	60	-	93.704	93.764	81.908	(3)
	Total em moeda estrangeira	1.575	-	274.499	276.074	241.052	
	(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(381)	
	Total ENERGISA PARAÍBA	2.269	43.719	485.747	531.735	476.840	
ENERGISA MINAS GERAIS	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	112	-	15.000	15.112	15.076	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.137	2.967	4.161	5.641	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	10	25	37	52	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	325	1.446	6.905	8.676	20.994	
	Eletrobrás - Subtransmissão	8	280	904	1.192	1.403	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	12.846	2.569	15.415	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES I	5	511	752	1.268	1.781	
	Banco HSBC - repasse BNDES II	4	272	349	625	774	
	Banco HSBC - repasse BNDES III	7	319	421	747	1.066	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	9	451	2.749	3.209	3.664	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	4	162	914	1.080	1.070	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	5	188	1.145	1.338	1.526	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	3	298	1.814	2.115	2.411	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	3	743	929	1.675	2.205	
	Banco Itaú BBA - FINAME	29	1.198	7.723	8.950	5.265	
	Caixa Econômica Federal - FINAME	43	493	3.741	4.277	4.351	
	Banco Bradesco - CCB	793	12.502	12.500	25.795	38.263	(2) e(3)
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	58	8.666	4.651	13.375	17.972	
	Total em moeda nacional	1.467	41.522	66.058	109.047	123.514	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(97)	-	(174)	(271)	(356)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	234	38.536	-	38.770	34.136	(2)
	Bank of America Merrill Lynch	249	66.799	-	67.048	58.998	(2)
	Banco Itaú BBA	676	-	70.277	70.583	61.820	(2)
	Total em moeda estrangeira	1.159	105.335	70.277	176.771	154.954	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.529	146.857	136.161	285.547	278.112	
ENERGISA NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	30	-	4.000	4.030	4.020	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	76	211	287	363	
	Eletrobrás - Luz para Todos -	-	74	558	632	632	

ENERGISA A SOLUÇÃO S	Emergencial					
	Banco HSBC - repasse BNDES I	2	147	197	346	493
	Banco HSBC - repasse BNDES II	1	80	103	184	228
	Banco HSBC - repasse BNDES III	-	48	64	112	162
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	1	183	1.097	1.281	1.467
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	-	74	388	462	461
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	3	76	457	536	613
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	3	125	751	879	1.004
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	4	743	929	1.676	2.205
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	4	108	790	902	478
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO I	26	1.402	4.913	6.341	5.244
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO II	38	417	1.381	1.836	1.334
	Total em moeda nacional	112	3.553	15.839	19.504	18.704
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(6)	-	(38)	(44)	(50)
	Em moeda estrangeira					
	Citibank	98	19.326	-	19.424	17.120 (3)
	Bank of America Merrill Lynch	34	9.370	-	9.404	8.281 (3)
	Banco Itaú BBA I	100	-	7.028	7.129	11.157 (3)
	Banco Itaú BBA II	4	-	5.646	5.649	- (3)
	Total em moeda estrangeira	236	28.696	12.674	41.606	36.558
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	342	32.249	28.475	61.066	55.212
ENERGISA BORBOREMA	Em moeda nacional					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	47	-	5.000	5.047	5.035
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	59	109	170	228
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	1
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES I	51	-	2.000	2.051	-
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES II	-	-	7.886	7.886	-
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	194	1.744	5.420	7.358	8.721
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	-	390	6.801	7.191	7.863
	Banco Itaú BBA - FINAME	4	202	1.443	1.649	954
	Total em moeda nacional	298	2.395	28.659	31.352	22.802
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(26)	-	(93)	(119)	(147)
	Em moeda estrangeira					
	Bank of America Merrill Lynch	135	9.371	-	9.506	8.344 (3)
	Banco Itaú BBA	201	-	14.056	14.257	12.457 (3)
	Total em moeda estrangeira	336	9.371	14.056	23.763	20.801
	Total ENERGISA BORBOREMA	608	11.766	42.622	54.996	43.456
ENERGISA SOLUÇÕES	Em moeda nacional					
	Finep	19	1.053	4.878	5.950	6.163

	Banco Itaú BBA - FINAME	3	86	1.168	1.257	-	
	Total em moeda nacional	22	1.139	6.046	7.207	6.163	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(6)	-	(23)	(29)	(35)	
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	16	1.139	6.023	7.178	6.128	
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE S/A	Em moeda nacional						
	BNDES- Financ. Invest.	287	7.691	77.523	85.501	93.224	(2)
	BNDES- Financ. Invest.	73	4.840	23.018	27.931	32.775	(2)
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	223	743	700	1.666	2.195	
	Total em moeda nacional	583	13.274	101.241	115.098	128.194	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(46)	-	(176)	(222)	(248)	
	Total ENERGISA RIO GRANDE GERAÇÃO	537	13.274	101.065	114.876	127.946	
SPE CRISTINA	Em moeda nacional						
	BDMG - repasse BNDES	25	763	5.423	6.211	6.971	
	BDMG - repasse BNDES	1	428	1.746	2.175	2.386	
	Total em moeda nacional	26	1.191	7.169	8.386	9.357	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(6)	-	(35)	(41)	(47)	
	Total SPE CRISTINA	20	1.191	7.134	8.345	9.310	
SERV. AÉREOS	Em moeda nacional						
	LEASING BRADESCO	-	574	534	1.108	1.681	
	Total em moeda nacional	-	574	534	1.108	1.681	
	Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS	-	574	534	1.108	1.681	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA I S/A	Em moeda nacional						
	BNDES- Financ. Invest.	-	209	84.923	85.133	34.030	(2)
	Total em moeda nacional	-	209	84.923	85.133	34.030	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	(162)	
	Total RENASCENÇA I	-	209	84.761	84.971	33.868	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA II S/A	Em moeda nacional						
	BNDES- Financ. Invest.	-	188	82.160	82.348	34.030	(2)
	Total em moeda nacional	-	188	82.160	82.348	34.030	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	(162)	
	Total RENASCENÇA II	-	188	81.998	82.186	33.868	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA III S/A	Em moeda nacional						
	BNDES- Financ. Invest.	-	194	82.906	83.100	34.030	(2)
	Total em moeda nacional	-	194	82.906	83.100	34.030	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	(162)	
	Total RENASCENÇA III	-	194	82.744	82.938	33.868	
EÓLICA RENASCENÇA ASC	Em moeda nacional						

	BNDES- Financ. Invest.	-	189	82.444	82.633	34.030	(2)
	Total em moeda nacional	-	189	82.444	82.633	34.030	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	(162)	
	Total RENASCENÇA IV	-	189	82.282	82.471	33.868	
VENTOS DO SÃO MIGUEL S/A	Em moeda nacional						
	BNDES- Financ. Invest.	-	166	79.683	79.849	34.030	(2)
	Total em moeda nacional	-	166	79.683	79.849	34.030	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	(162)	
	Total VENT.SÃO MIGUEL	-	166	79.521	79.687	33.868	
PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA ZÉ TUNIM	Em moeda nacional						
	BDMG - repasse BNDES	86	1.169	10.339	11.594	-	
	BDMG - repasse BNDES	109	1.805	26.426	28.340	-	
	Total em moeda nacional	195	2.974	36.765	39.934	-	
	Total PCH ZÉ TUNIM	195	2.974	36.765	39.934	-	
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	6.330	129.771	970.469	1.106.570	853.151	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(679)	-	(3.367)	(4.046)	(4.545)	
	Total em moeda estrangeira	5.867	143.402	852.283	1.001.552	900.072	
	Custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(1.089)	
	TOTAL	11.518	273.173	1.819.385	2.104.076	1.747.589	

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$65.869 (R\$63.986 em 2012), registrado na rubrica “recursos vinculados” no ativo circulante consolidado.

- (1) Os financiamentos junto ao BNDES (Energisa Geração Rio Grande, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim, Central Eólica Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel S/A) e Bradesco (CCB), possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2013, todas as exigências contratuais foram cumpridas.
- (2) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33).
- (3) As controladas Energisa Sergipe e Energisa Paraíba efetivaram, em 19 de julho de 2013, a liquidação da emissão dos “bonds” de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados “Notes Units”, no montante de R\$391.734 (US\$164,7 milhões de principal), sendo R\$254.625 pela Energisa Sergipe e R\$137.109 pela Energisa Paraíba.
- (4) A controlada Energisa Sergipe liquidou antecipadamente em 10 de julho e 19 de setembro de 2013 a totalidade dos financiamentos com o INERGUS - Instituto Energisa de Seguridade Social, referente aos Planos de benefício Definido e Saldado nos montantes de R\$26.492 e R\$30.203, respectivamente.

A controlada Energisa Sergipe em reunião do Conselho de Administração de 08 de novembro de 2013, aprovou a contratação da Cédula de Crédito Bancário - Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES no montante de R\$22.687, a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de março de 2020 com taxa de juros de TJLP mais 2,90% a.a. e noventa dias de carência, destinados a implementação do programa de investimentos para a expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão.

A controlada Energisa Paraíba aprovou a contratação da Cédula de Crédito Bancário - financiamento mediante repasse contratado com o BNDES, no montante de R\$39.565 a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de dezembro de 2023 e taxa de juros que variam entre TJLP + 2,90% a.a. à 4% a.a.

Os financiamentos obtidos junto ao Fname estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Empresa	Características da Operação					Custo da Dívida				Ref
	Operação	Venciment o	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)		
ENERGISA	Citibank	Abr-2018	Semestral, após abr.2016	Aval Energisa S.A.	40	Dólar	+	1,64% a.a	16,52% a.a	(1)
ENERGISA SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+	0,7%	8,82%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	17		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	26		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	34		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	51		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	53		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	9		RGR 5,0%		5,0%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	21		pré-fixado	8,3%	8,48	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	16	TJLP	+	4,0%	9,2%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34		pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
	Banco ABC - repasse BNDES	Mai-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	35	TJLP	+	de 2,2% a 4,1%	de 7,31% a 9,3%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev- 2021	mensal	Aval Energisa S.A.	54		pré-fixado	de 2,5% a 5,5%	de 2,5% a 5,5%	
	Bank of America Merrill Lynch	Set-2015	final	Aval Energisa S.A.	21	Libor	+	2,45%	18,02%	(1)
	Banco Itaú BBA	Abril - 2018	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S.A.	46	Dólar	+	3,4892% a.a	18,64%	
	Citibank	Abr-2018	final	Aval Energisa S.A.	52	Libor	+	1,91%	17,40%	
ENERGISA PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+	0,7%	8,82%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	17		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	26		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	33		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	40		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	44		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	50		RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	14		RGR 5,0%		5,0%	

	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	3	RGR 8,0%			8,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	set-2013	mensal	Recebíveis	1	Selic Acumulada			8,22%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	6	pré-fixado	7,7%		7,7%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	21	pré-fixado	7,8%		7,8%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	35	pré-fixado	8,1%		8,1%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	21	TJLP	+	4,0%	9,2%	
	Banco do Nordeste - repasso BNDES	Jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP	+	de 3,4% a 4,4%	de 8,57% a 9,62%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev- 2021	mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado		de 2,5% a 5,5%	2,5% a 5,5%	
	Banco Itaú BBA I	Ago-2015	Final	Aval Energisa S.A	20	Dólar	+	3,2466	18,36%	
	Banco Itaú BBA II	Abr-2018	Anual, após abr.2017	Aval Energisa S.A	46	Dólar	+	3,4892%	18,64%	
	Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	39	Libor	+	1,8987%	17,39%	
ENERGISA MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+	0,7%	8,82%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	22	RGR 5,0%			5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	22	RGR 5,0%			5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	35	RGR 5,0%			5,0%	
	Eletrobrás Subtransmissão	mar-2018	mensal	Recebíveis	28	RGR 5,0%			5,0%	
	Eletrobrás - devolução LPT	fev-2015	mensal	Recebíveis	9	Selic Acumulada			8,22%	
	Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP	+	4,3%	9,51%	
	Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	15	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	19,56%	
	Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP	+	3,9%	9,1%	
	Banco Itaú BBA - repasso BNDES I	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP	+	4,75%	9,98%	
	Banco Itaú BBA - repasso BNDES II	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND	+	3,75%+ juros variáveis	19,05%	
	Banco Itaú BBA - repasso BNDES III	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP	+	5,95%	11,25%	
	Banco Itaú BBA - repasso BNDES IV	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	pré-fixado		5,5%	5,5%	
	Banco Itaú BBA - repasso BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	pré-fixado		5,5%	5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até mai- 2021	mensal	Aval Energisa S.A.	52	pré-fixado		de 2,5% a 10%	de 2,5% a 10%	

	Caixa Econômica Federal - FINAME	jan-2022	mensal	Aval Energisa S.A.	48	pré-fixado	8,7%	8,7%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	16	CDI + 1,25%		9,41%	
	Banco Itaú BBA BNDES Finem	Mai-2015	mensal	Aval Energisa S.A.	11	TJLP + 2,25% a 4,15%		de 7,36% a 9,36%	
	Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	9	libor + 2,25%		17,79%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	out-2014	final	Aval Energisa S.A.	10	libor + 2,0%		17,51%	(1)
	Banco Itaú BBA	set-2015	final	Aval Energisa S.A.	21	Dólar + 2,95%		18,02%	(1)
ENERGISA NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI + 0,7%		8,82%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	23	RGR 5,0%		5,0%	
	Eletrobrás Emergencial	mai-2019	mensal, após jun.2014	-	36	RGR 5,0%		5,0%	
	Banco HSBC - repasse BNDES I	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP + 4,3%		9,51%	
	Banco HSBC - repasse BNDES II	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	UMBND + 4,3% + juros variáveis		19,56%	
	Banco HSBC - repasse BNDES III	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP + 3,9%		9,1%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	TJLP + 4,75%		9,98%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND + 3,75% + juros variáveis		19,05%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	TJLP + 5,95%		11,25%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	pré-fixado 5,5%		5,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	pré-fixado 5,5%		5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado de 4,5% a 5,5%		4,5% a 5,5%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun-2018	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP + 4,65%		9,88%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	jun-2018	mensal	Aval Energisa S.A.	27	UMBND + 3,65%		18,31%	
	Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	9	Libor + 2,25%		17,79%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	fev-2014	final	Aval Energisa S.A.	2	Libor + 2,45%		18,02%	(1)
	Banco Itaú BBA I	ago-2015	final	Aval Energisa S.A.	20	Dólar + 3,2466%		18,36%	(1)
	Banco Itaú BBA II	dez-2015	final	Aval Energisa S.A.	24	Dólar + 3,247%		18,36%	(1)
ENERGISA BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI + 0,7%		8,82%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	18	RGR 5,0%		5,0%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES I	Mar-2023	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	74	UMBND + 3,9%		18,59%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES II	Mar-2023	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	76	TJLP + 3,9%		9,1%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	22	pré-fixado 7,5%		7,5%	(2)
	Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado 7,5%		7,5%	(2)

	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	52	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%	
	Bank of America Merrill Lynch	jan-2014	final	Aval Energisa S.A.	1	Libor	+	2,15%	17,67% (1)
	Banco Itaú BBA	ago-2015	Final	Aval Energisa S.A.	20	Dólar	+	3,2466%	18,36% (1)
ENERGISA SOLUÇÕES	FINEP	out-2018	mensal	Fiança Energisa S.A.	30	pré-fixado		8,0%	8,0%
	Banco Itaú BBA FINAME	ATÉ FEV-2022	Mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado		de 2,5% a 3,0%	de 2,5% a 3,0%
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	BNDES- Financ. Invest. I	jan-2025	mensal	Ações E.Rio Grande + Recebíveis	67	TJLP	+	2,05%	7,15%
	BNDES- Financ. Invest. II	set-2019	mensal	Ações E.Rio Grande + Recebíveis	35	pré-fixado		4,5%	4,5%
	Banco Itaú BBA - Repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	11	pré-fixado		5,5%	5,5%
SPE CRISTINA	BDMG - repasse BNDES I	dez-2021	mensal	Ações SPE Cristina + Recebíveis	48	TJLP	+	4,0%	9,2%
	BDMG - repasse BNDES II	dez-2019	mensal	Ações SPE Cristina + Recebíveis	35	pré-fixado		4,5%	4,5%
ENERGISA SERV. AÉREOS	Leasing Bradesco	dez-2015	mensal	Alienação Fiduciária	12		CDI		8,06%
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA I, II, III, IV E VENTOS DO SÃO MIGUEL S/A	BNDES Financ. Invest	Mar-2030	Mensal	Aval Energisa S.A.	104	TJLP	+	1,89%	6,98%
PCH PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA ZÉ TUNIM S/A	BNDES I - Financ. Invest.	Fev-2022	mensal	Ações PCH Pequena Hidrelétrica Zé Tunim S/A + recebíveis	95	Pré-fixado		2,5%	2,5%
	BNDES II - Financ. Invest.	set-2029	mensal	Ações PCH Pequena Hidrelétrica Zé Tunim S/A + recebíveis	55	TJLP	+	1,76%	6,85%

1 - Possui swap.

2 - Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

Em 31 de dezembro de 2013, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2015	-	345.451
2016	58.565	216.816
2017	58.565	334.896
2018	58.565	426.782
2019	-	99.961
Após 2019	-	395.478
Total	175.695	1.819.384

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em 2012 e 01/01/2012	155.059	378.408	1.747.589	1.567.004
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	141.600	720.152	640.802
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	25.488	85.538	298.206	251.195
Pagamento de principal	-	(407.440)	(545.959)	(573.233)
Pagamento de juros	(4.034)	(43.047)	(115.912)	(138.179)
Saldo em 2013 e 2012	176.513	155.059	2.104.076	1.747.589

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	25	25	98	173
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	30	30	15	105
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	25	25	12	87
	Banco ABC Repasse BNDES	17	17	17	43	94
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	56	150	318
		153	153	153	318	777
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	97	97	387	678
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	110	110	55	385
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	28	28	12	96
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	104	104	104	261	573
		339	339	339	715	1.732
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	24	24	24	95	167
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	73	31	-	-	104
		97	55	24	95	271
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	6	6	6	26	44
		6	6	6	26	44
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	8	8	8	30	54
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	18	18	18	11	65
		26	26	26	41	119
ESOL	Finep	6	6	6	11	29
		6	6	6	11	29
ERGG	Financiamento BNDES	46	46	46	84	222
		46	46	46	84	222
SPE	Financiamento BDMG	4	4	4	19	31
	Financiamento BDMG	2	2	2	4	10
		6	6	6	23	41
RE I,II,III,IV, VSM	Financiamento BNDES	-	52	52	706	810
		-	52	52	706	810
	TOTAL	679	689	658	2.019	4.045

21 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora				
	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	01/04/2008	15/10/2010	15/07/2012	15/07/2012	
Data de vencimento	01/04/2014	15/10/2016	15/07/2017	15/07/2019	
Garantia	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,3% a.a	IPCA + 1,55% a.a	
Quantidade de títulos	15.000	30.000	12.857	27.143	
Valor na data de emissão	150.000	300.000	128.570	271.430	
Títulos em circulação	15.000	-	12.857	27.143	
Carência de Juros	6 meses	-	6 meses	12 meses	
Amortizações/parcelas	5 semestrais	-	2 anuais	2 anuais	
Saldos em 2013	30.685	-	133.734	303.378	467.797
Circulante	30.685	-	5.859	32.365	68.909
Não circulante	-	-	127.875	271.013	398.888
Saldos em 2012	91.432	303.537	132.329	286.474	813.772
Circulante	61.530	5.103	4.439	15.026	86.098
Não circulante	29.902	298.434	127.890	271.448	727.674

	Controladora Total	Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE			Total Consolidado
		7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento		15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia		Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a	115,5% do CDI	
Quantidade de títulos		60.000	80.000	42.000	60.000	60	
Valor na data de emissão		60.000	80.000	73.248	60.000	60.000	
Títulos em circulação		60.000	80.000	42.000	60.000	60	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	6 meses	6 meses	24 meses	
Amortizações/parcelas		Final	Final	3 anuais	Final	5 anuais	
Saldos em 2013	467.797	60.051	80.029	-	60.051	61.062	728.990
Circulante	68.909	60.051	80.029	-	60.051	1.062	270.102
Não circulante	398.888	-	-	-	-	60.000	458.888
Saldos em 2012	813.772	46.734	64.448	86.749	45.560	-	1.057.263
Circulante	86.098	98	136	29.601	95	-	116.028
Não circulante	727.674	46.636	64.312	57.148	45.465	-	941.235

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2013, as exigências contratuais foram cumpridas e os vencimentos são os seguintes:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	-	12.000
2016	63.803	75.803
2017	63.803	75.803
2018	135.461	147.461
2019	135.821	147.821
Total	398.888	458.888

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

2013								
	Controladora				Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE	Consolidado
	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	
Exercício 2014	81	-	269	91	195	299	195	1.130
Exercício 2015	-	-	269	91	-	-	-	360
Exercício 2016	-	-	269	91	-	-	-	360
Após 2016	-	-	156	235	-	-	-	391
	81	-	963	508	195	299	195	2.241

2012									
	Controladora				Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE		
	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	
Exercício 2014	214	132	265	90	30	41	141	30	943
Exercício 2015	98	522	-	-	279	432	128	279	1.738
Exercício 2016	-	522	-	-	-	-	127	-	649
Após 2016	-	522	951	501	-	-	-	-	1.974
	312	1.698	1.216	591	309	473	396	309	5.304

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 3ª emissão	Energisa S/A	a partir do 36º mês após a Data de Emissão	1,50%	Resgate Antecipado Facultativo Prêmio de Reembolso (%) = $P \times (DD) / (TDC)$ Onde: P = 1,5% ; DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e TCD = nº total de dias corridos desde o 36º mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento.

Em 20 de junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados foram recolocados no mercado parte das debêntures anteriormente resgatadas pelas controladas Energisa Paraíba (15.255 debêntures da 1ª emissão pelo valor de R\$15.274); Energisa Sergipe (14.255 debêntures da 2ª emissão por R\$14.273) e Energisa Minas Gerais (13.085 debêntures da 7ª emissão pelo montante de R\$13.101) pelo preço unitário (PU) de valor nominal de mil reais, acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano. As debêntures estavam na tesouraria das controladas por consequência da não repactuação de parte dos credores das respectivas emissões em 17 de dezembro de 2012.

O Conselho de Administração da Energisa Sergipe deliberou em 17 de outubro de 2013 pela realização do resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da sua 1ª emissão. As 42.000 debêntures, que incorriam ao custo equivalente a variação cambial mais 8,85% ao ano, foram resgatadas pelo montante de R\$64.337 em 8 de novembro de 2013, já tendo sido amortizados nesta mesma data o montante de R\$36.095, conforme previsto na escritura de emissão.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo em 2012 e 01/01/2012	813.772	459.594	1.057.263	739.155
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	398.834	102.648	398.834
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	67.076	61.695	102.262	96.614
Pagamento de principal	(360.000)	(60.000)	(456.085)	(102.594)
Pagamento de juros	(53.051)	(46.351)	(77.098)	(74.746)
Saldo em 2013 e 2012	467.797	813.772	728.990	1.057.263

22 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	-	-	62.404	67.409
Encargos Sociais	285	313	7.123	7.028
IRPJ	-	-	37.879	26.192
CSSL	-	-	16.993	19.062
PIS/COFINS	924	568	39.099	45.512
Outros	535	428	8.488	7.285
Total	1.744	1.309	171.986	172.488
Circulante	1.744	1.309	128.179	141.557
Não Circulante (1)	-	-	43.807	30.931

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

23 Parcelamento de impostos - consolidado

Descrição	ESE	EMG	2013	2012
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV e parcelamento de débitos	6.093	1.995	8.089	10.807
Número de parcelas vincendas	39	15	-	-

A controlada Energisa Sergipe, aderiu em 30 de novembro de 2009, ao parcelamento especial da Lei 11.941/2009, em 90 parcelas mensais, corrigidas pela variação da taxa Selic, com os respectivos benefícios e reduções.

A controlada Energisa Minas Gerais, requereu em 19 de abril de 2010, parcelamento de débitos previdenciários junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da taxa Selic.

Seguem abaixo as informações de principal, juros e multas dos tributos federais parcelados, utilizando-se os benefícios da Lei 11.941/2009.

Posição em 31 de dezembro de 2013:

	Valor original	Multa	Juros	Total
INSS	610	63	1.212	1.885
IR	2	-	4	6
PIS	166	10	253	429
COFINS	2.029	217	3.488	5.734
CSSL	9	2	24	35
TOTAL	2.816	292	4.981	8.089

Posição em 31 de dezembro de 2012:

	Valor original	Multa	Juros	Total
INSS	631	71	1.444	2.146
IR	3	-	5	8
PIS	217	12	372	601
COFINS	2.653	285	5.064	8.002
CSSL	12	3	35	50
TOTAL	3.516	371	6.920	10.807

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2013	2012
2013	-	3.177
2014	3.372	3.224
2015	2.374	2.194
Após	2.343	2.212
Total	8.089	10.807
Circulante	3.372	3.177
Não circulante	4.717	7.630

A controlada EMG em novembro de 2013 optou por utilizar os benefícios da Lei 12.865 de 09/10/2013, que reabriu o prazo e os benefícios previstos na Lei 11.941/2009. A controlada efetuou recolhimentos de IR, CS, PIS e COFINS da ordem de R\$7.434 mil, tendo obtido redução de imposto de R\$5.913 registrado no resultado financeiro.

24 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidadas

a) Risco provável - composição e movimentações

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	29.648	6.470	(11.191)	1.434	26.361
Cíveis	33.367	13.369	(10.827)	1.806	37.714
Fiscais	6.806	329	(3.072)	468	4.532
Total	69.821	20.168	(25.090)	3.708	68.607
Depósitos e cauções vinculados (*)	(25.297)				(31.156)

	Saldo inicial 01/01/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	29.717	9.241	(11.015)	1.705	29.648
Cíveis	33.155	8.330	(9.952)	1.834	33.367
Fiscais	7.717	-	(1.250)	340	6.806
Total	70.589	17.571	(22.217)	3.879	69.821
Depósitos e cauções vinculados (*)	(22.682)				(25.297)

(*) As controladas ESE, EBO, EPB, EMG, ENF e Energisa Soluções possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$61.371 (R\$56.259 em 2012). Desse total, R\$ 30.215 (R\$30.962 em 2012) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos no consolidado o montante de R\$15.298 (R\$13.876 em 2012) sendo de indenizações trabalhistas R\$6.505 (R\$7.232 em 2012) e de indenizações cíveis R\$8.793 (R\$6.644 em 2012).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$10.546 (R\$9.301 em 2012), no consolidado, registrado na rubrica fornecedores.

Perdas prováveis

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto pedido de horas-extras, periculosidade, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais e legais.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada, no montante de R\$3.192.

• Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas ESE, EBO, EPB, EMG, ENF e Energisa Soluções.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$695.036 (R\$589.759 em 2012) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

• Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$35.937 (R\$20.495 em 2012), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento das ações no exercício de R\$15.257, cerca de R\$8.303 são originários de reclamações trabalhistas referem-se à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da controlada Energisa Paraíba em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados e R\$6.877 refere-se a ação civil pública movida pelo Ministério Público contra as controladas Energisa Sergipe e Energisa Minas Gerais, que objetiva impedir a terceirização e determina obrigações relacionadas à saúde e segurança do trabalho. Foi protocolado Recurso Ordinário para o TRT, o qual foi dado provimento, anulando a sentença e de todos os atos processuais e determinou o retorno do processo à 1ª instância para nova instrução processual e apreciação da matéria a feita na fase instrutória, de todas as questões jurídico processuais postas pelas partes, e não apreciadas ante a nulidade dos atos declarados no Juízo Revisional (TRT).

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$181.077 (R\$158.446 em 2012) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O acréscimo no exercício de R\$22.631, cerca de R\$12.998 é originado da controlada Energisa Paraíba, referente a: (i) ação indenizatória decorrente de acidentes; (ii) ação de cobrança em que a autora objetiva receber o pagamento de honorários advocatícios firmado com a Cooperativa CEDAL, por entender, a controlada é sucessora da Cooperativa. O processo está em fase de conhecimento já tendo apresentado contestação.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$478.022 (R\$410.818 em 2012), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICM'S em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

O aumento ocorrido no exercício de R\$67.389, cerca de R\$19.466 na controlada Energisa Paraíba é decorrente de auto de infração da Receita Federal onde se discute a dedutibilidade de despesas operacionais no cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Na controlada Energisa Sergipe

(R\$28.427), refere-se a auto de infração da União Federal lavrado para exigência de crédito tributário do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, por entender que adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, deveria ser tratado como operações de mútuo e na controlada Energisa Minas Gerais (R\$8.670), refere-se a cobrança ICM'S em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida.

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.010.000 (R\$660.000 em 2012), representando 1.245.690.889 ações nominativas, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units é de R\$155.867.212.

Mediante subscrição particular, o Conselho de Administração da Energisa homologou, em 15 de abril de 2013, aumento de capital no montante de R\$350.000, passando o capital social de R\$660.000 para R\$1.010.000. Foram emitidas e totalmente subscritas 145.833.334 ações, sendo 70.110.301 ordinárias e 75.723.033 preferenciais, ao preço de R\$2,40 por ação. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia passou a ser de 1.245.690.889 ações, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em premio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 2012) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 2012) ações preferenciais. O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor investido na compra dessas ações foi de R\$42.675 (R\$42.675 em 2012). O valor mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$54.730 (R\$51.993 em 2012)

25.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

25.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício o montante de R\$22.715 (R\$104.523 em 2012) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

25.4 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$105.214 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

25.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	201.361	290.441
Lucros acumulados	305	-
Reserva legal (5%)	(10.068)	(14.522)
Lucro líquido ajustado	191.598	275.919
Dividendos obrigatórios (25%)	47.899	68.980
Dividendos obrigatórios provisionados	-	8.614
Pagamento dividendos:		
Dividendos antecipados (pagos em 03 de junho e 21 de agosto de 2013):		
Valor pago por ações R\$0,0327e R\$0,0233 (R\$0,056 em 2012) e valor pago por Units R\$0,1635 e R\$0,1165 (R\$0,28 em 2012) respectivamente.	68.532	60.366
Dividendos adicionais propostos: (1)		
Valor por ação R\$0,082 (R\$0,095 em 2012) e valor por Units R\$0,41 (R\$0,475 em 2012)	100.351	102.416
Total dos dividendos	168.883	171.396
% sobre o lucro líquido ajustado	88,14%	62,12%

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido no montante de R\$100.351, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 27 de fevereiro de 2014 o pagamento dos dividendos adicionais propostos a partir de 12 de março de 2014.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

26 Receita operacional

26.1 Receita operacional bruta - controladora

	2013	2012
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	60.755	55.358
Deduções a receita operacional		
PIS	1.002	913
COFINS	4.617	4.207
ISS	1.224	1.107
Receita operacional líquida	53.912	49.131

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados a controladas.

26.2 Receita operacional bruta - consolidada

	2013			2012		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	2.196.518	3.179.984	1.389.789	2.113.102	2.910.208	1.449.396
Industrial	12.447	1.252.499	375.963	12.480	1.367.133	483.151
Comercial	190.337	1.567.474	677.605	185.026	1.481.896	716.896
Rural	215.285	564.317	180.772	207.306	545.739	133.610
Poder Público:						
Federal	946	108.665	56.886	915	99.482	63.000
Estadual	8.688	161.084	60.644	8.531	148.782	68.128
Municipal	16.995	158.203	44.421	16.480	145.739	50.113
Iluminação Pública	1.683	500.966	109.342	1.582	486.318	123.015
Serviço Público	2.934	486.455	112.697	2.897	481.152	116.197
Consumo Próprio	440	11.675	-	310	10.785	-
Subtotal	2.646.273	7.991.322	3.008.119	2.548.629	7.677.234	3.203.506
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	46.214	-	-	30.502
Suprimento	2	281.435	48.658	2	470.482	100.148
Fornecimento não faturado (líquido)	-	43.760	(2.077)	-	82.160	12.287
Venda de energia a consumidores livres	-	1.500.112	295.364	-	1.054.262	206.258
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	72	-	117.563	58	-	160.208
Serviços especializados (1)	-	-	62.887	-	-	47.711
Receita de Construção	-	-	283.292	-	-	342.338
Outras receitas operacionais	-	-	34.479	-	-	33.965
Total - receita operacional bruta	2.646.347	9.816.629	3.894.499	2.548.689	9.284.138	4.136.923
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	653.117	-	-	679.045
PIS	-	-	60.458	-	-	63.019
COFINS	-	-	278.510	-	-	290.222
ISS	-	-	4.973	-	-	4.243
Quota para RGR	-	-	(6.404)	-	-	30.344
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	11.259	-	-	11.649
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	9.648	-	-	34.894
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	4.886	-	-	84.115
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	11.291	-	-	18.645
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	8.989	-	-	1.668
Total	-	-	1.036.727	-	-	1.217.844
Total - receita operacional líquida	2.646.347	9.816.629	2.857.772	2.548.689	9.284.138	2.919.079

27 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

CONTROLADORA				
NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO	DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS E ADMINIST.	TOTAL	
			2013	2012
Pessoal e administradores	11.026	4.142	15.168	17.460
Entidade de previdência privada	-	163	163	336
Material	264	242	506	501
Serviços de terceiros	7.409	2.888	10.297	11.923
Depreciação e amortização	2.333	15.304	17.637	18.297
Outras	825	(108)	717	1.001
	21.857	22.631	44.488	49.518

CONSOLIDADO							
NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2013	2012
Energia elétrica comprada para revenda (*)	1.247.074	-	-	-	-	1.247.074	1.157.317
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	134.340	-	-	-	-	134.340	224.790
Pessoal e administradores	-	84.501	45.849	41.839	119.752	291.941	280.269
Entidade de previdência privada	-	7.935	86	3.292	9.223	20.536	21.409
Material	-	9.271	5.194	10.578	6.872	31.915	34.085
Serviços de terceiros	-	26.382	18.850	39.382	72.296	156.910	160.961
Depreciação e amortização	-	104.738	13.512	350	52.345	170.945	139.006
Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	12.322	-	12.322	(7.328)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(3.444)	-	-	(1.478)	(4.922)	(4.646)
Custo de construção	-	-	283.292	-	-	283.292	342.338
Outras	-	12.489	2.638	4.275	34.265	53.667	42.673
	1.381.414	241.872	369.421	112.038	293.275	2.398.020	2.390.874

(*) Deduzido de R\$80.497 e R\$88.777, referente aos valores dos recursos da CDE repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia elétrica comprada para revenda e Encargos de uso sistema de transmissão e distribuição, respectivamente, por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo e foram registrados pelas controladas, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

28 Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	64	1.154	24.342	20.803
Outras	25	1.665	3.940	2.849
Total	89	2.819	28.282	23.652
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	28	50	37.330	48.774
Outras	5	1.482	361	1.374
Total	33	1.532	37.691	50.148

29 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de aplicações financeiras	26.871	38.516	69.690	70.403
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	42.708	43.255
Atualização contas a receber da concessão - VNR	-	-	29.567	103.838
Comissão de aval	17.642	-	-	-
Outras receitas financeiras	2.876	8.432	29.799	14.435
Total receitas financeiras	47.389	46.948	171.764	231.931
Encargos de dívidas - juros	(71.190)	(104.333)	(223.349)	(243.061)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(21.375)	(42.900)	(177.119)	(104.748)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	28.805	12.107
Marcação a Mercado Derivativos	(44.727)	(1.631)	(114.939)	12.447
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.516	20.621	152.275	56.285
Outras despesas financeiras	(820)	(1.245)	(39.480)	(44.164)
Total despesas financeiras	(111.596)	(129.488)	(373.807)	(311.134)
Despesas financeiras líquidas	(64.207)	(82.540)	(202.043)	(79.203)

30 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores:	201.361	290.746
Média ponderada das ações (mil)	1.187.335	1.077.960
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	0,1696	0,2697

31 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
Riscos operacionais	23/10/2014	60.000	31	28	1.706	1.718
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	10	9	937	856
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2014	Até R\$360 mil/veículo	12	17	590	430
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2014	457	-	-	7	7
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2014	210.717	-	-	237	277
Riscos de engenharia	01/03/2015	287.295	-	-	404	398
Responsabilidade civil geral - PCH's	01/03/2015	60.000	-	-	178	136
Multirrisco	25/04/2014	200.000	-	-	68	50
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	83.500	128	150	1.307	1.235
Transportes	06/05/2014	1.500	-	-	9	-
			181	204	5.443	5.107

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

32 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$126 em 2012, referente a veículos, na controladora e R\$1.562 (R\$2.037 em 2012) referente a veículos e aeronave, no consolidado, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$113 (R\$150 em 2012) na controladora e R\$376 (R\$424 em 2012) no consolidado, como despesa de depreciação e de R\$99 no consolidado como despesa financeira.

Os parques Eólicos Renascenças I, II, III, IV e Ventos São Miguel, possuem contratos de arrendamento operacional firmados com diversos proprietários de imóveis rurais no Município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Os contratos são remunerados a partir do período operacional, iniciado a partir de 01 de setembro de 2013, em face do início das operações, com base em um percentual fixo de 0,85% da receita bruta dos parques eólicos ou valor fixo de R\$5, na data de assinatura do contrato de arrendamento, por megawatt de capacidade de geração instalada, deduzidos dos impostos, taxas e contribuições incidentes. Abaixo seguem os pagamentos futuros dos arrendamentos:

Até um ano	722
Mais de um ano e até cinco anos	3.089
Mais de cinco anos	11.583

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	75.107	75.107	11.231	11.231
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	162.302	162.302	263.656	263.656
Clientes, consumidores e concessionárias	4.812	4.812	4.343	4.343
Títulos de créditos a receber e outros	-	-	3.700	3.700
Instrumentos financeiros derivativos	18.469	18.469	35.668	35.668
Passivos				
Fornecedores	2.425	2.425	1.112	1.112
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	644.310	626.676	968.831	1.022.068
Consolidado				
	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	252.185	252.185	213.172	213.172
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	526.646	526.646	709.971	709.971
Clientes, consumidores e concessionárias	407.174	407.174	485.496	485.496
Títulos de créditos a receber e outros	81.416	81.416	115.693	115.693
Contas a receber da concessão	801.188	801.188	583.188	583.188
Instrumentos financeiros derivativos	94.355	94.355	79.716	79.716
Passivos				
Fornecedores	324.460	324.460	270.185	270.185
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2.833.066	2.817.901	2.804.852	2.898.463

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses 5ª emissão de debêntures da controladora, 2ª emissão de debêntures (ESE), 1ª emissão de debêntures (EPB), e 7ª emissão de debêntures (EMG). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC, a 3ª Emissão de Debêntures da controladora e a 3ª emissão de Debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	Consolidado	
	2013	2012 (ajustado)
Dívida (a)	2.833.066	2.804.852
Caixa e equivalentes de caixa	(252.185)	(213.172)
Dívida líquida	2.580.881	2.591.680
Patrimônio líquido (b)	1.872.177	1.457.564
Índice de endividamento líquido	1,38	1,78

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 20 e nº 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.425	-	-	-	-	2.425
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,74%	40.770	51.120	219.119	411.732	199.122	921.863
Total		43.195	51.120	219.119	411.732	199.122	924.288

Consolidado							
Fornecedores		318.174	-	-	-	6.286	324.460
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,40%	179.548	534.039	917.038	1.219.349	894.540	3.744.514
Total		497.722	534.039	917.038	1.219.349	900.826	4.084.833

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	75.107	11.231	252.185	213.172
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	162.302	263.656	526.646	709.971
Clientes, consumidores e concessionárias	4.812	4.343	407.174	485.496
Títulos de créditos a receber e outros	-	3.700	81.416	115.693
Contas a receber da concessão	-	-	801.188	583.188
Instrumentos financeiros derivativos	18.469	35.668	94.355	79.716

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 15 e 33.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 20, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida

por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia e suas controladas estão atentas às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia e de suas controladas são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2013, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,3426/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Energisa em 31 de dezembro de 2013, de R\$2.839.352 (R\$2.815.790 em 2012), R\$1.001.552 (R\$987.218 em 2012) estão representados em dólares, provenientes de: (i) US\$75,5 milhões (US\$75,0 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada EMG; (ii) US\$17,8 milhões (US\$17,7 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada ENF; (iii) US\$10,1 milhões (US\$10,0 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada EBO; (iv) US\$75,3 milhões (US\$ 75 milhões de principal) de empréstimos captados pela própria Energisa; (v) US\$117,8 milhões (US\$117,2 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada EPB; e (vi) US\$131,0 milhões (US\$130,2 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada ESE.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 27 de Abril de 2018) e custo máximo de US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, no ativo não circulante R\$18.469 (R\$35.668 em 2012) na controladora e R\$94.355 (R\$79.716 em 2012) no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 1/ENF 1 P. Ativa P. Passiva	24.700	Libor + 2,25% 91,5% CDI	30/09/2014	2,9633(Set -14)
Loan 4131 BAML x EMG 2 P. Ativa P. Passiva	28.515	Libor + 2,00% 91,0% CDI	27/10/2014	2,9828(Out -14)
Loan 4131 BAML x EBO 1 P. Ativa P. Passiva	4.000	Libor + 2,15% 98,0% CDI	17/01/2014	2,8006(Jan -14)
Loan 4131 BAML x ENF 2 P. Ativa P. Passiva	4.000	Libor + 2,45% 102,0% CDI	18/02/2014	2,8196(Fev -14)
Loan 4131 Citibank x ESA P. Ativa P. Passiva	75.000	Libor + 1,64% 102,15% CDI	27/04/2018	2,8576(Abr -16) 3,0235(Abr -17) 3,1896(Abr -18)
Loan 4131 Itaú BBA x EBO 2/ENF 3/ EPB 1 P. Ativa P. Passiva	25.900	VC + 4,33% 100,00% CDI	17/08/2015	2,85 (Ago -15)
Loan 4131 Itaú BBA x EMG 3 P. Ativa P. Passiva	30.000	VC + 3,93% 101,50% CDI	21/09/2015	2,85 (Set -15)
Loan 4131 BAML x ESE 1 P. Ativa P. Passiva	30.000	Libor + 2,45% 100,00% CDI	21/09/2015	2,90 (Set -15)
Loan 4131 Citibank x EPB 2 P. Ativa P. Passiva	40.000	Libor + 1,90% 101,00% CDI	21/09/2017	3,0185 (Set -16) 3,1975 (Set -17)
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 4 P. Ativa P. Passiva	2.410	VC + 3,82% 110,50% CDI	28/12/2015	2,95 (Dez -15)
Loan 4131 Itaú BBA x ESE 2/ EPB 3 P. Ativa P. Passiva	110.508	VC + 4,105% 108,95% CDI	17/04/2018	3,11 (Abr -17) 3,30 (Abr -18)
Loan 4131 Citibank x ESE 3 P. Ativa P. Passiva	50.000	Libor + 1,91% 103,50% CDI	19/04/2018	3,31 (Abr -18)

Com base na política de gestão de riscos decorrentes do Mercado Financeiros, o Grupo Energisa também poderá transacionar operações de câmbio visando a proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado a US\$50 milhões no somatório destas exposições.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas préfixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento
SWAP			
ESA x HSBC	50.000		17/10/2016
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		109,2% CDI + (TJLP-6%)	
SWAP			
ESA x Santander	250.000		17/10/2016
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		CDI + 1,27% + (TJLP-6%)	
SWAP			
ESA x Santander	128.570		17/07/2017
P. Ativa		CDI + 1,30%	
P. Passiva		CDI + 1,00% + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x HSBC	128.570		17/07/2017
P. Ativa		CDI + 0%	
P. Passiva		Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x Santander	271.430		15/07/2019
P. Ativa		IPCA + 6,15%	
P. Passiva		IPCA + 5,85% + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x BAML	287.616		15/07/2019
P. Ativa		IPCA + 5,85%	
P. Passiva		CDI + 0,99%	
SWAP			
ESA x HSBC	141.600		27/04/2018
P. Ativa		100% CDI	
P. Passiva		96% CDI + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x HSBC	175.000		15/06/2020
P. Ativa		Pré 9,63%	
P. Passiva		102,65% CDI	
SWAP			
ESA x BTG Pactual	200.000		02/01/2017
P. Ativa		Pré 11,79%	
P. Passiva		100% CDI	

A Administração da Companhia e de suas controladas permanecem atentas aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia e de suas controladas procederam a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 13 de setembro de 2013, a administração da Energisa elevou os limitadores com vencimento no ano de 2014 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do US\$, caso o mercado se torne turbulento por circunstância das eleições presidenciais e outros eventos no mercado local e externo. Os novos limitadores dos swaps podem ser vistos no quadro abaixo:

Distribuidora	Vencimento	Notional (US\$ mil)	Strike Anterior	Strike Atual (pós ajuste)
BORBOREMA	17/01/2014	4.000	2.6500	2.8006
NOVA FRIBURGO	18/02/2014	4.000	2.6500	2.8196
MINAS GERAIS	30/09/2014	16.450	2.9170	2.9633
NOVA FRIBURGO	30/09/2014	8.250	2.9170	2.9633
MINAS GERAIS	27/10/2014	28.515	2.9170	2.9828

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2013	2012		2013	2012
Swap de Juros	1.632.786	970.170	Nocional (BRL)		
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.700.210	1.066.648
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.696.049)	(1.036.205)
			Posição Total Swap	4.161	30.443
Swap Cambial com opções - Itaú BBA, Santander, Merrill Lynch e Citibank	894.716	890.537	Nocional (BRL)		
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	1.098.466	1.093.382
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(920.169)	(1.027.061)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(88.103)	(17.048)
			Posição Total Swap Com Opções	90.194	49.273

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 20 e 21 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foram calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), e possuem periodicidade mensal a partir de 2 de janeiro de 2014 até o vencimento de todas as

operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

(3) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	1.001.552		167.856	(57.265)	(282.385)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.098.466		869.306	1.086.633	1.303.960
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(920.169)	Alta US\$	(854.354)	(854.354)	(854.354)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(88.103)		-	(27.212)	(202.952)
Subtotal	90.194		14.952	205.067	246.654
Total Líquido - ganhos (perdas)	-		182.808	147.802	(35.731)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$ 182.808, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observariamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$147.802 e negativo de R\$ 35.731, respectivamente.

(4) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Swap	1.632.786		16.583	(78.857)	(174.006)
Posição Ativa - Taxa de juros CDI e IPCA	1.700.210	Alta da TJLP/IPCA	1.669.110	1.856.308	2.042.946
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI + TJLP	(1.696.049)		(1.680.577)	(1.886.262)	(2.091.871)
Subtotal	4.161		(11.467)	(29.954)	(48.925)
Líquido - ganhos (perdas)	4.161		5.116	(108.811)	(222.931)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,47%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	726.968	Alta CDI	76.435	95.550	114.667
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(569.873)	Alta CDI	(55.201)	(69.002)	(82.801)
	(648.240)	Alta TJLP	(33.149)	(41.436)	(49.724)
	(134.984)	Alta FNE	(8.746)	(10.934)	(13.121)
Subtotal (2)	(1.353.097)		(97.096)	(121.372)	(145.646)
Total - perdas (2)	(626.129)		(20.661)	(25.822)	(30.979)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (10,47% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2013, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(2) Não incluem as demais operações em dólar no valor de R\$1.001.552

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Ativos					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	162.302	263.656	526.646	709.971
Instrumentos financeiros derivativos	2	18.469	35.668	94.355	79.716
Contas a receber da concessão	3	-	-	801.188	583.188

34 Benefícios a empregados

Segue a composição dos saldos do superávit e déficit atuarial dos planos de pensão:

Saldos dos planos	Plano de Pensão				Prêmio Aposentadoria		Plano Saúde	
	Benefício Definido		Plano Saldado		2013	2012	2013	2012
	2013	2012 (ajustado)	2013	2012				
Inergus	(20.142)	(55.455)	-	(37.855)	-	-	-	-
Funasa	(38.913)	(56.464)	-	(6.814)	-	-	-	-
BB Previdência (*)	3.782	4.321	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(7.368)	(3.859)	(3.183)	(13.475)
Total	(55.273)	(107.598)	-	(44.669)	(7.368)	(3.859)	(3.183)	(13.475)

(*) O Superávit referente ao plano não foi registrado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pelas controladas Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados - Inergus e Funasa, respectivamente, já totalmente liquidados. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 22 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e encontra-se superavitário.

Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de benefício definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

Plano de contribuições definidas

A Energisa, Energisa Soluções, Energisa MG e Energisa NF, possuem plano de contribuição definida, bem como as controladas Energisa PB e Energisa SE após a reestruturação apresentada acima.

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2013	2012		2013	2012 (ajustado)
Energisa S/A	CD	168	336	1,16	-	-
Energisa MG	CD	411	315	1,20	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	283	408
Energisa NF	CD	181	116	1,51	-	-
Energisa Soluções	CD	424	454	1,09	-	-
Energisa SE	PS	476	458	0,9	-	(37.855)
Energisa SE	BD	1.125	895	2,13	(66.557)	(55.455)
Energisa SE	CD	962	905	2,5	-	-
Energisa PB	PS	342	362	0,6	-	(6.814)
Energisa PB	BD	5.962	5.891	10,52	(61.681)	(56.464)
Energisa PB	CD	560	542	0,99	-	-
Energisa BO	BD	95	93	1,19	3.782	4.321

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as regras, aprovada pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Plano de Benefício definido:

Benefício definido	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	2013	2012 (*) (ajustado)	2013	2012 (*) (ajustado)	2013	2012 (ajustado)	2013	2012 (ajustado)
Valor presente das obrigações atuariais	(103.847)	(107.241)	(126.611)	(129.314)	(3.493)	(4.081)	(1.362)	(2.223)
Valor justo dos ativos do plano	37.290	51.786	64.930	72.850	7.275	8.402	1.645	2.631
Ativos atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	(3.782)	(4.321)	(283)	(408)
Ativo (passivo) líquido	(66.557)	(55.455)	(61.681)	(56.464)	-	-	-	-

Plano Saldado:

Plano Saldado	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa	
	2013	2012	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	(36.493)	(50.759)	(22.003)	(34.372)
Valor justo dos ativos do plano	40.605	12.904	25.097	27.558
Redução dos ativos do plano	(4.112)	-	(3.094)	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	-	(37.855)	-	(6.814)

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO
	PS	BD	PS	BD	BD
Custo do serviço corrente	1.140	1.041	865	766	124
Custo dos juros	4.041	11.047	2.461	13.399	375
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.502)	(3.947)	(2.809)	(6.899)	(805)
Remensuração do custo financeiro	-	553	(41)	820	46
Contribuições dos empregados	(53)	(835)	-	(525)	(63)
Despesas previstas para 2014	626	7.859	476	7.561	(323)

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

2013						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício:	37.855	55.455	6.814	56.464	(2.930)	-
Despesas (receitas) correntes	5.076	4.977	2.043	4.726	(271)	(33)
Contribuições da Companhia	-	(955)	-	(5.971)	(59)	-
Outros resultados abrangentes	(12.762)	33.889	(8.857)	6.462	(522)	(283)
Liquidação de dívida da patrocinadora	(30.169)	(26.809)	-	-	-	-
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	-	66.557	-	61.681	(3.782)	(316)

2012						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício:	24.186	38.964	1.241	40.870	(2.633)	(2.569)
Despesas (receitas) correntes	4.157	5.054	1.547	5.581	(236)	(300)
Contribuições da Companhia	-	(961)	-	(5.472)	(61)	-
Impacto decorrente de redução no plano de benefício	9.512	-	4.026	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	12.398	-	15.485	-	2.869
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	37.855	55.455	6.814	56.464	(2.930)	-

Os ativos dos planos são:

	Consolidado	
	2013	2012
Títulos públicos	31.429	-
Cotas de fundos de renda fixa	124.821	137.657
Cotas de fundos de renda variável	3.333	3.680
Investimentos imobiliários	9.913	4.881
Empréstimos a participantes	1.090	1.142
Outros	1.071	1.460
	171.657	148.820

A movimentação do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

2013						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	12.904	51.786	27.558	72.850	8.402	2.631
Benefícios pagos	(850)	(10.035)	(245)	(12.873)	(273)	(133)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	990	-	649	69	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	955	-	5.971	59	-
Rendimento efetivo dos ativos	1.057	3.949	2.316	5.776	692	206
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	27.494	(10.355)	(4.532)	(7.443)	(1.675)	(1.059)
Valor justo dos ativos no final do exercício	40.605	37.290	25.097	64.930	7.274	1.645

2012						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	8.161	49.354	23.114	66.260	7.239	4.517
Benefícios pagos	(653)	(9.773)	(305)	(12.151)	(448)	(136)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	880	-	629	73	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	961	-	5.472	61	-
Rendimento efetivo dos ativos	773	4.457	2.276	5.950	706	418
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	4.623	5.907	2.473	6.690	771	(2.168)
Valor justo dos ativos no final do exercício	12.904	51.786	27.558	72.850	8.402	2.631

A movimentação do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

2013						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Saldo no início do exercício	50.759	107.241	34.372	129.314	4.081	2.223
Benefícios pagos no ano	(850)	(10.035)	(245)	(12.874)	(273)	(133)
Juros sobre obrigação atuarial	4.244	8.511	2.891	10.180	322	173
Custo do serviço corrente (com juros)	1.890	1.207	1.468	850	205	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(19.550)	(3.077)	(16.483)	(859)	(842)	(901)
Saldo no final do exercício	36.493	103.847	22.003	126.611	3.493	1.362

2012						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Saldo no início do exercício	32.347	88.318	24.355	107.130	3.695	1.698
Benefícios pagos no ano	(653)	(9.773)	(305)	(12.151)	(448)	(136)
Juros sobre obrigação atuarial	3.596	9.306	2.723	11.604	398	118
Custo do serviço corrente (com juros)	1.334	1.277	1.100	1.033	183	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	14.135	18.113	6.499	21.698	253	543
Saldo no final do exercício	50.759	107.241	34.372	129.314	4.081	2.223

A seguir, estão descritas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	Energisa SE - Inergus	Energisa PB - Funasa	Energisa BO	Energisa MG
	PS e BD	PS e BD	BD	BD
Taxa de desconto atuarial	6,43% a.a. PS e 6,39% BD	6,44% a.a (PS) e 6,36% a.a (BD).	6,41% a.a.	7% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12% a.a. (com efeito da inflação)	7,12% a.a. (com efeito da inflação)	7,12% a.a. (com efeito da inflação)	7% a.a.
Reajuste do benefício	Somente inflação	Somente inflação	Somente inflação	Somente inflação
Crescimento salarial	0% PS e 0,5% a.a. acima da inflação	0% a.a. (PS) e 0,5% a.a. acima da inflação (BD)	0,5% a.a. acima da inflação	NA
Inflação projetada	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas

	Energisa SE - Inergus PS e BD	Energisa PB - Funasa PS e BD	Energisa BO BD	Energisa MG BD
Tábua de mortalidade	AT-83	AT-83	AT-83	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	IAPC	IAPC	IAPC	NA

A seguir, apresenta-se um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Participantes Ativos:						
Número	542	61	239	47	55	-
Idade Média	40,06	41,46	49,39	49,40	42,98	-
Tempo de participação (anos)	13,95	15,87	20,04	25,21	16,80	-
Salário de Participação Médio	R\$0,775	R\$2,594	R\$0,788	R\$2,494	R\$2,811	-
Participantes Assistidos:						
Número	29	363	18	461	7	4
Idade Média	56,31	63,98	55,72	69,47	65,99	77,3
Benefício Médio Mensal	R\$2,443	R\$1,827	R\$0,710	R\$1,726	R\$2,384	R\$1,435
Pensionistas:						
Número de Pensionistas	2	103	3	225	3	18
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,444	R\$1,053	R\$0,283	R\$0,793	R\$0,336	R\$0,221

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados

pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Com base em cálculo atuarial, foi provisionado como despesa de patrocínio do prêmio em 2012 de, R\$589 na controladora, R\$1.139 na Energisa Soluções, R\$1.621 na Energisa MG e R\$498 na Energisa NF.

Para o exercício de 2014 a despesa de manutenção do plano é de R\$270 (R\$358 em 2013) na controladora, R\$534 (R\$710 em 2013) na Energisa Soluções, R\$351 (R\$372 em 2013) na Energisa MG e R\$99 (R\$115 em 2013) na Energisa NF.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Energisa S.A e consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

2013							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.750	2.212	576	1.907	511	91	8.047
Valor justo dos ativos do plano	(272)	(235)	(7)	(146)	(16)	(3)	(679)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	2.478	1.977	569	1.761	495	88	7.368

2012							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.592	2.178	615	2.545	57	73	8.060
Valor justo dos ativos do plano	(126)	(150)	(49)	(307)	(4)	-	(636)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	2.466	2.028	566	2.238	53	73	7.424

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

2013							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Passivo atuarial líquido no início do ano	2.464	2.027	566	2.236	131	-	7.424
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	430	179	110	594	14	8	1.335
Outros resultados abrangentes	(416)	(229)	(107)	(1.069)	350	80	(1.391)
Passivo atuarial líquido no final do ano	2.478	1.977	569	1.761	495	88	7.368

2012						
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Total
Passivo atuarial líquido no início do ano	396	1.085	313	766	9	2.569
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	106	218	68	279	8	679
Outros resultados abrangentes	1.962	724	185	1.191	114	4.176
Passivo atuarial líquido no final do ano	2.464	2.027	566	2.236	131	7.424

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2013.

2013							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações no início do ano	2.592	2.178	615	2.545	57	73	8.060
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	212	194	60	540	8	1	1.015
Juros sobre obrigação atuarial	224	188	54	212	5	6	689
Benefícios pagos no ano	(34)	(195)	-	(144)	-	-	(373)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(244)	(153)	(153)	(1.246)	445	11	(1.340)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2.750	2.212	576	1.907	515	91	8.051

2012							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações no início do ano	466	1.146	332	932	9	-	2.885
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	54	93	32	168	2	-	349
Juros sobre obrigação atuarial	52	134	39	108	1	-	334
Benefícios pagos no ano	(50)	(128)	(38)	(138)	-	-	(354)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	2.070	933	250	1.475	45	73	4.846
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2.592	2.178	615	2.545	57	73	8.060

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Custo do serviço corrente (com juros)	180	159	48	364	31	3	785
Juros sobre as obrigações atuariais	193	157	41	126	38	6	561
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(20)	(2)	-	12	(3)	-	(13)
Remensuração do custo financeiro	25	37	10	32	1	-	105
Valor das obrigações calculadas no final do ano	378	351	99	534	67	9	1.438

b) Plano de saúde

As controladas Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa NF participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2013 as despesas com esse benefício foram de R\$675 (R\$664 em 2012) na controladora e R\$10.510(R\$13.475 em 2012) no consolidado.

35 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I	2012 a 2042	26.721	40.292	29.421	30.449	41.087	213.242
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II	2015 a 2042	-	24.957	28.003	28.378	33.485	193.789
Energisa Bioeletricidade Santa Candida I	2012 a 2042	11.606	11.229	18.160	19.248	19.731	105.634
Energisa Bioeletricidade Santa Candida II	2016 a 2042	-	-	27.749	30.276	35.367	205.303
Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	2013 a 2033	87.650	98.141	107.647	112.914	118.514	685.386
Energisa Comercializadora	2009 a 2023	322.653	331.681	341.014	370.740	381.783	2.901.880
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR)	2010 a 2023	36.289	38.424	40.909	35.844	37.516	180.026
Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	2013 a 2023	10.837	11.128	10.720	11.288	11.819	46.877
SPE Cristina Energia S/A	2012 a 2023	3.473	3.668	3.877	4.057	4.257	24.669
		<u>499.229</u>	<u>559.520</u>	<u>607.500</u>	<u>643.194</u>	<u>683.559</u>	<u>4.556.806</u>

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
ENF (*)	2014	49.560	-	-	-	-	-
EMG	2014 a 2046	166.517	161.914	156.087	157.849	162.617	2.632.354
EPB	2014 a 2046	454.118	418.568	440.967	429.585	442.755	7.176.891
ESE	2014 a 2046	365.781	360.481	378.846	342.142	349.105	5.603.394
EBO	2014 a 2046	82.005	75.159	76.542	71.839	72.043	1.060.046
ECOM	2014 a 2023	316.978	302.690	299.836	308.899	296.658	1.915.536
		<u>1.434.959</u>	<u>1.318.812</u>	<u>1.352.278</u>	<u>1.310.314</u>	<u>1.323.178</u>	<u>18.388.221</u>

(*) Os contratos com a Ampla são renováveis a cada triênio.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de dezembro de 2013 e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

36 Concessão do serviço público de energia elétrica - consolidada

Distribuição:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
ESE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
EBO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
EPB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
EMG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
ENF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

Geração:

Empresas	Data da autorização	Data Publicação	Prazo da autorização	Vencimento
Energisa Geração Rio Grande S/A (PCH Caju, São Sebastião e Santo Antonio)	08/07/2008	14/07/2008	30 anos	14/07/2038
PCH Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	05/07/2011	13/07/2011	30 anos	13/07/2041
SPE Cristina Energia S/A	22/12/1999	23/12/1999	30 anos	23/12/2029
Energisa Geração Central Eólica Renascença I S/A	02/05/2011	02/05/2011	35 anos	02/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença II S/A	04/05/2011	04/05/2011	35 anos	04/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença III S/A	13/05/2011	13/05/2011	35 anos	13/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença IV S/A	02/06/2011	02/06/2006	35 anos	02/06/2046
Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A	02/05/2011	02/05/2011	35 anos	02/05/2046
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A (Usina Santa Cândida I) (1)	12/11/2001	13/11/2001	30 anos	13/11/2031
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A (Usina Santa Cândida II) (1) e (2)	-	-	-	-
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I (Usina Vista Alegre I)	16/12/2008	31/12/2008	35 anos	31/12/2043
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II (Usina Vista Alegre II) (2)	-	-	-	-

(1) Prazo de exploração por 20 anos.

(2) Pedido de outorga em processo de liberação junto ao Poder Concedente.

37 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício de 2013, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$55.721 (R\$46.104 em 2012), sendo R\$50.073 (R\$39.824 em 2012) alocados no ativo imobilizado e R\$5.648 (R\$6.280 em 2012) despesas operacionais, no consolidado.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2013 e 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2013	2012
		(Ajustado)
Atividades operacionais		
Clientes	-	3.365
Contas a receber da concessão	190.582	226.186
Atualização contas a receber da concessão - VNR	29.567	103.838
Fornecedores	24.822	24.159
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	53.970	111.666
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	28.303	19.954
Capitalização de reservas	316.141	60.000

39 Eventos subsequentes

Expansão do Grupo Energisa, com a aquisição do Grupo Rede

Em 28 de janeiro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a transferência do controle acionário indireto das empresas do Grupo Rede para Energisa a saber: Caiuá Distribuição de Energia S.A (100% do capital); Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (50,9%); Cia de Força e Luz do Oeste (97,7%); Companhia Nacional de Energia Elétrica (98,7%); Empresa de Distribuição de Energia do Vale Parapanema (100%); Empresa Elétrica Bragantina S.A. (91,5%); Centrais Elétricas Matogrossenses (39,9%); Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (100%) e Tangará Energia (61,7%).

A concretização da aquisição do controle do Grupo Rede ainda está condicionada ao cumprimento de outras condições precedentes previstas no Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a Energisa e o acionista controlador do Grupo Rede. A Energisa tem prazo até o próximo dia 15 de abril para concluir a operação.

Aporte total de capital nas distribuidoras em aquisição

A Companhia já detém acordos com diferentes instituições financeiras para a concessão de crédito no valor de R\$2 bilhões para fazer frente à aquisição, bem como para o aporte de recursos nas distribuidoras do Grupo Rede, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Rede. Neste contexto, os bancos Itaú BBA, BTG Pactual e Citi foram contratados, sob regime de garantia firme, para estruturar a 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, que contará com prazo total de dois anos, no montante de R\$1,5 bilhão, que deverão ser subsctas e integralizadas até a efetivação da aquisição do Grupo Rede.

Contratação de empréstimos

As controladas Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, fizeram a contratação de empréstimos aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 08 de janeiro de 2014 e Assembléia Geral Extraordinária em 06 de fevereiro de 2014, respectivamente, com aval da Companhia, conforme segue:

- Energisa Minas Gerais - contratação da Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$35.831 - financiamento mediante repasse contratado com o BNDES, a ser celebrado com o Banco Itaú BBA S.A, com vencimento em 15 de dezembro de 2023 e taxa de juros que variam entre TJLP + 2,90% a.a. à 4% a.a. 06 de fevereiro de 2014; e
- Energisa Nova Friburgo - empréstimo no valor de US\$4.000 (quatro milhões de dólares norte-americanos), com vencimento em 05 de março de 2015, com taxa de juros anual equivalente à

taxa Libor mais 2,35% a ser contratado junto ao Bank of America N.A., por consequência e em conformidade com o artigo 16, parágrafo quinto, do Estatuto Social da Companhia, foi autorizado a emissão de nota promissória em favor da instituição bancária em valor correspondente a 120% do empréstimo.

6ª Emissão de Debêntures

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 27 de fevereiro de 2014, a realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$1,5 bilhão. Foram emitidas 150 mil debêntures que farão jus a uma remuneração com base no CDI, acrescido de spread de 2,34%. As debêntures têm data de emissão em 1º de março de 2014 e vencimento em 1º de março de 2016.

Os recursos, foram captados em 14 de março de 2014, destinam-se ao financiamento das obrigações previstas no “Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, firmado para aquisição do Grupo Rede.